



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

**LEANDRO NASCIMENTO DE MELO**

**O PROCESSO DE DESCRIÇÃO UTILIZADO NO ACERVO  
CARTOGRÁFICO ACUMULADO PELO PROFESSOR JEAN  
HÉBETTE**

**BELÉM  
2017**

**LEANDRO NASCIMENTO DE MELO**

**O PROCESSO DE DESCRIÇÃO UTILIZADO NO ACERVO  
CARTOGRÁFICO ACUMULADO PELO PROFESSOR JEAN  
HÉBETTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada Faculdade de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Gilberto Gomes Cândido.

**BELÉM  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da UFPA

---

Melo, Leandro Nascimento de, 1985-

O processo de descrição utilizado no acervo cartográfico acumulado pelo professor Jean Hébette / Leandro Nascimento de Melo ; orientador, Gilberto Gomes Cândido. - 2016.

84f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Arquivologia, 2016.

1. Documentos arquivísticos – Amazônia. 2. Descrição arquivística – Normas. 3. Cartografia - Amazônia. 4. Jean Hébette. 5. Técnicas de descrição. 6. Gestão documental. 7. NOBRADE. I. Cândido, Gilberto Gomes, orientador. II. Título.

CDD – 22 ed.

025.3414811

---

**LEANDRO NASCIMENTO DE MELO**

**O PROCESSO DE DESCRIÇÃO UTILIZADO NO ACERVO  
CARTOGRÁFICO ACUMULADO PELO PROFESSOR JEAN  
HÉBETTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada Faculdade de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em 03 de Janeiro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Me. Gilberto Gomes Cândido  
Universidade Federal do Pará- UFPA

---

Professor Dr. Roberto Lopes dos Santos Junior  
Universidade Federal do Pará- UFPA

---

Professor Dr. Thiago Henrique Bragato Barros  
Universidade Federal do Pará- UFPA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, supremo pai, que abençoa sempre meus passos nessa vida.

A minha mãe, Maria de Fátima Nascimento pelo carinho, exemplo de força e dignidade, que lutou sempre para me ensinar a ser um cidadão cumpridor de seus deveres.

Aos meus amigos da faculdade, em especial a minha equipe do fundão, sentirei saudades das eternas brigas na hora dos trabalhos em grupo.

Aos queridos amigos que conquistei durante os dois anos de estágio no Tribunal de Justiça do Pará, Graça, Socorro, Nazareno, Augusto e aos demais estagiários e colegas do programa de reeducando.

A toda equipe do Arquivo Central da UFPA pelos ensinamentos em especial a Rísia Lira arquivista encarregada pelo setor de Arquivos Permanentes, pelas dicas e informações que foram de suma importância para este trabalho.

A toda equipe da Escola Palmira de Oliveira Gabriel, em especial a Diretora Graça Lima, pela força nos momentos de difícil conciliação de horário.

Ao meu orientador Gilberto Cândido, meu especial agradecimento por te aceitado o convite para me acompanhar nesta importante jornada.

A todos os professores da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, pelas aulas, palestras, cursos, seminários entre outros eventos que me proporcionaram aprendizagem e aperfeiçoamento profissional.

E em especial, o meu amigo, irmão, companheiro de todas as horas, Aldenir Rodrigues Barros, que sempre me deu força e nunca hesitou em deixar de me ajudar em qualquer situação.

“Eu sei o preço do sucesso: dedicação, trabalho duro, e uma incessante devoção às coisas que você quer ver acontecer”.

Frank Lloyd Wright

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo Analisar e Descrever o processo de Descrição Arquivística utilizados nos documentos cartográficos acumulados no acervo professor Jean Hébette, custodiado pelo Núcleo de Ciências Agropecuário e Desenvolvimento Rural da UFPA, bem como identificar as técnicas de descrição empregadas nos documentos para então poder detectar os instrumentos de pesquisa utilizados na recuperação e disseminação da informação contida nesse acervo. Para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados pesquisas de cunho bibliográfico, exploratório e descritivo, com o apoio de observações diretas e análise documental a fim de se obter uma melhor apreciação do conteúdo apresentado neste trabalho. A partir da análise de dados foi possível perceber a importância do processo de descrição desses documentos para a disseminação das informações de cunho histórico e social, com destaque na utilização da Norma Brasileira de Descrição Arquivística- NOBRADE como solução mais viável para o tratamento documental no que tange a descrição arquivística de materiais cartográficos. Enfim, por meio da pesquisa realizada foi possível confirmar que o processo de descrição nesses documentos trouxe benefícios em relação à organização dos materiais cartográficos e um melhor aproveitamento no acesso dos usuários em relação às informações contidas nesses mapas e plantas.

**Palavras-Chave:** Descrição Cartográfica. Documentos Cartográficos. Acesso.

## ABSTRACT

The Project had as objective analyze and describe the process archives description used on cartographic documents amounted on Professor Jean Hébert's collection, guarded by Núcleo de Ciências Agropecuária e Desenvolvimento Rural da UFRA, as well, identify description techniques used in documents, for then can detect research tools used on recovery and dissemination of the information include in this collection. Therefore, has used as method for data collect, researches of bibliographic, exploratory and descriptive, counting with support of direct observation and documentary analysis with the purpose of obtain a better appreciation of the introduced content in this Project. From the data analysis, was possible to realize the importance of the description processo of these documents for the dissemination of the information of historical and social, using Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE as the most viable solution for the documentary treatment which archives description of cartographic material. Finally/as long, through the performed research is possible to confirm that the description processo of these documents has brought benefits in relation to the organization of the cartographic material and a better enjoying for user's access in relation to information, include in these maps.

**Keywords:** Cartographic Description. Cartographic Documents. Access.

## LISTA DE SIGLAS

<b>AD HOC</b>	Commission on Descriptive Standards
<b>CA</b>	Centro Agropecuário
<b>CAT</b>	Centro Agroambiental do Tocantins
<b>CEBRAN</b>	Centro de Biotecnologia da Reprodução Animal
<b>CDD</b>	Classificação Decimal de Melvil Dewey
<b>CDU</b>	Classificação Decimal Universal
<b>CIA</b>	Conselho Internacional de Arquivos
<b>CND</b>	Comitê de Normas e Descrição
<b>CONARQ</b>	Conselho Nacional de Arquivo
<b>CONSEP</b>	Conselho Superior de Ensino e Pesquisa
<b>CTNDA</b>	Câmara Técnica de normalização da descrição arquivística
<b>FIPAN</b>	Programa Internacional de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas
<b>ISAAR (CPF)</b>	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.
<b>ISAD (G)</b>	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
<b>ISDF</b>	Norma Internacional para Descrição de Funções
<b>ISIDIAH</b>	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NAEA</b>	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
<b>NAEF</b>	Núcleo de Estudos Integrados
<b>NECAN</b>	Núcleo de Estudos em Ciência Animal
<b>NCADR</b>	Núcleo de Ciências Agropecuário e Desenvolvimento Rural
<b>NOBRADE</b>	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
<b>PPGCAN</b>	Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal
<b>SESU</b>	Secretaria de Ensino Superior
<b>SINAR</b>	Sistema Nacional de Arquivos
<b>UFPA</b>	Universidade Federal do Pará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - acervo Jean Hébette.....	44
Figura 2 - acervo cartográfico Jean Hébette. ....	44
Figura 3 - Projeto Colonização Rondônia Município de Ariquemes. ....	46
Figura 4 - Localização Município de Ariquemes.....	47
Figura 5 - Preenchimento da ficha de informações dos documentos.....	51
Figura 6 - Notação com código de identificação da unidade descrita. ....	51
Figura 7 - Ficha de identificação da caixa. ....	52
Figura 8 - caixa de armazenamento dos documentos cartográficos. ....	52
Quadro 1- Elementos e Legendas dos documentos cartográficos.....	38
Quadro 2 - Distribuição dos Mapas.....	48
Quadro 3 - Distribuição das Plantas.....	49
Quadro 4 - Descrição nível dossiê dos documentos cartográficos.....	55
Quadro 5 - Descrição nível item. ....	61

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DAS CIÊNCIAS CARTOGRÁFICA E ARQUIVÍSTICA E SUAS TEORIAS .....</b>	<b>16</b>
2.1 O QUE É CARTOGRAFIA?.....	16
2.1.2 A CARTOGRAFIA E A SUA TRAJETÓRIA. ....	17
2.1.3 O QUE SÃO DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS?.....	19
2.2 O FUNDO E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA .....	21
2.2.1 Os ARQUIVOS PESSOAIS .....	23
2.2.3 A DESCRIÇÃO .....	25
2.2.3.1 Os INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	27
2.2.3.2 AS NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	31
2.2.3.2.1 A NOBRADE .....	32
2.2.3.3 ICA-ATOM – (ATOM).....	33
2.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS MÉTODOS ARQUIVÍSTICO EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS .....	35
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>40</b>
3.1. NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGROPECUÁRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL - NCADR DA UFPA .	42
3.1.2. IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO PROFESSOR JEAN HÉBETTE.....	43
3.1.2.1 O ACERVO CARTOGRÁFICO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS OBSERVAÇÕES. ....	45
<b>3.2. ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES .....</b>	<b>48</b>
3.3 A DESCRIÇÃO CARTOGRÁFICA DO ACERVO JEAN HÉBETTE SOBRE A PERSPECTIVA DA NOBRADE.....	54
3.4 SUGESTÕES.....	64
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXOs.....</b>	<b>75</b>
ANEXO A - FICHA DE INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO. ....	76
ANEXO B - LISTAGEM DESCITIVA DO ACERVO.....	77

## 1. INTRODUÇÃO

O professor Jean Hébette é conhecido pelas suas pesquisas no campo científico da sociologia rural, nascido na Bélgica chegou a Belém-PA no final da década de 60. Durante sua vida no Brasil passou 46 anos na Amazônia, tempo esse dedicado à docência que o redeu obras sobre o processo de ocupação da Amazônia, fazendo-o assim, respeitado e premiado perante suas contribuições teóricas e técnicas, suas obras detalhavam as relações sociais entre o meio ambiente e as populações locais. Além disso, foi coordenador geral do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) na década de 80, fundado a partir da reunião de pesquisadores ligados a Universidade Federal do Pará (UFPA) que atuavam na região sudeste do Pará e de Marabá.

Durante o desenvolvimento de sua pesquisa Jean Hébette conseguiu acumular um acervo cartográfico que foi constituído por meio do seu objeto de estudo, que consistia em identificar e delinear os assentamentos rurais que transformaram a fronteira amazônica durante as décadas de 70, 80 até o final dos anos 90, tais dados levantados permitiram traçar os assentamentos rurais que começaram a aparecer no Brasil, além de possibilitar a observação de indicadores sobre a diversidade social e de intensos conflitos em sua formação.

Sendo assim, a cartografia por ser uma ciência aplicada, permite uma visão prática dos recortes espaciais do seu objeto de estudo, tais como: cartas, mapas, plantas dentre outros. Posto isto, tais materiais cartográficos são ao mesmo tempo instrumento de trabalho, produtos de pesquisas e fontes essenciais de informação para profissionais e pesquisadores.

Desta forma, o documento cartográfico associado à Gestão Documental no que tange os métodos de Descrição poderia contribuir para a disseminação e uso da informação cartográfica, de modo a ajudar o pesquisador e o usuário a obter com maior precisão o que se almeja.

Sendo assim, O trabalho procura estudar como as técnicas e métodos de descrição podem refletir ou contribuir para compreender as informações contidas nos documentos cartográficos.

Para tanto, buscou-se reunir dados/informações com a intenção de responder ao seguinte **problema**: *como se dá o processo de descrição nos documentos*

*cartográficos do acervo do professor Jean Hébette, custodiado pelo Núcleo de Ciência Agropecuária e Desenvolvimento Rural (NCADR) da UFPA?*

Por consequência, tem-se como **objetivo geral**: Descrever o processo de descrição utilizados nos documentos cartográficos acumulados no acervo professor Jean Hébette, custodiado pelo Núcleo de Ciências Agropecuário e Desenvolvimento Rural da UFPA.

Como base nisto tem-se como **objetivos específicos**:

- Identificar as técnicas de descrição utilizadas nos documentos cartográficos do acervo acumulado pelo Professor Jean Hébette.
- Detectar os instrumentos de pesquisa utilizados nos documentos do acervo do professor Jean Hébette, para recuperação de dados com vista à disseminação da informação contida nos documentos cartográficos.
- Utilizar o instrumento de pesquisa produzido, para demonstrar a aplicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE sobre documentos cartográficos do acervo do professor Jean Hébette.

Para o desenvolvimento do trabalho, de modo atingir os objetivos propostos foram utilizadas nesta pesquisa metodologias de cunho bibliográfico, exploratório e descritivo, tendo como base a temática elegida.

Sabe-se que o objetivo central do trabalho é descrever os procedimentos de descrição utilizados nesses documentos, para tanto, se utilizou métodos de pesquisas em acervos bibliográficos, observações direta e assistemática e entrevistas semiestruturadas.

Na descrição do documento seguindo os preceitos da NOBRADE, vale-se da técnica Amostragem Aleatória Simples de modo a apresentar um exemplo em nível de dossiê e selecionar um documento para que fosse aplicada a descrição sobre os materiais cartográficos em nível de item.

A pesquisa teve início no mês de julho de 2016 com o conhecimento do tema, logo após, foi feito a pesquisa bibliográfica com a leitura de livros e artigos referentes ao assunto, seguindo com as observações e conhecimento do objeto de

estudo durante o período de estágio supervisionado, que foi de Julho a parte de Setembro.

Por fim, para melhor conhecimento dos processos nos documentos, foram feitas perguntas e entrevistas diretas aos profissionais do Arquivo Central onde os documentos receberam o tratamento arquivístico de identificação e descrição, e para o corpo docente e administrativo do NCADR conhecedores da vida e obra do professor Jean Hébette. Para coleta de dados utilizou-se entrevistas individuais semiestruturadas, observação direta e pesquisa documental já mencionada anteriormente.

Desta forma, tem-se como **justificativa** que o arquivo ao se utilizar dos métodos de Descrição propiciaria a disseminação da informação, uma vez que, tanto o arquivo pessoal quanto o institucional, custodiam informações que possibilitam conhecer o passado pesquisando o presente com vista no futuro.

Para tanto, o estudo traz consigo a possibilidade de compreender as técnicas Arquivísticas aplicadas aos materiais especiais, com ênfase nos documentos cartográficos como mapas e plantas do acervo acumulado pelo professor Jean Hébette.

Visto que, existe certa dificuldade de entender as informações contidas nesses documentos e que poderiam ser resolvidas com a aplicação de métodos arquivístico, partindo do pressuposto da descrição, de modo a contribuir para o seu público alvo (os pesquisadores e usuários daquelas informações), a agilidade de ter uma informação mais organizada facilitando a busca pela informação.

Desta maneira, a pesquisa foi estruturada contendo quatro capítulos, que foram assim delineados:

A introdução que destina apresentar o trabalho, justificar as motivações que conduziram à realização desta pesquisa, demonstrar os objetivos gerais e específicos, a metodologia e a estrutura do trabalho num todo.

No capítulo 2: abordam-se conceitos sobre a cartografia, seu trajeto histórico, além de mostrar as definições e as formações dos documentos cartográficos, também conceitua as características dos métodos arquivístico e suas teorias básicas trazendo ainda a relação da arquivologia com a o desenvolvimento das técnicas e métodos arquivístico envolvendo esses documentos.

O capítulo 3: aborda a caracterização da pesquisa, mostra de forma sucinta o método de pesquisa utilizado, além da formação do Núcleo de Ciências

Agropecuária e Desenvolvimento Rural - NCADR da UFPA, breve histórico com análise do objeto de estudo e um breve conhecimento do acervo do professor Jean Hébette, neste mesmo capítulo é apresentada a análise das observações colhidas ao longo do trabalho realizado. E, finalmente;

No capítulo 4, são feitas as considerações finais sobre a experiência de descrever as técnicas de descrição utilizadas nos documentos cartográficos no acervo do professor Jean Hébette.

## 2. CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DAS CIÊNCIAS CARTOGRÁFICA E ARQUIVÍSTICA E SUAS TEORIAS

Para um melhor entendimento do objeto de estudo que virá a ser mostrado posteriormente, neste capítulo abordaremos os conceitos básicos sobre a cartografia e os principais métodos arquivístico que servirão como fundamentação teórica para o objetivo proposto pelo presente trabalho.

### 2.1 O QUE É CARTOGRAFIA?

O homem necessita de meios para se localizar e se direcionar, no passado não era diferente, esses se preocupavam desde muito cedo em delimitar territórios, marcando seu caminho em pedras, casca de arvores entre outros, para ter um meio de se orientar e encontrar determinados objetos, caças até mesmo água em seu habitat. Assim sendo, não se pode negar que a cartografia faz parte de nossas vidas desde os primórdios da humanidade. Sendo assim:

A cartografia é um conhecimento que vem se desenvolvendo desde a pré- história até os dias de hoje. Por intermédio dessa linguagem é possível sintetizar informações, expressar conhecimentos, estudar situações entre outras coisas sempre envolvendo a ideia da produção do espaço: sua organização e produção. (SANTOS 2011, p.27)

É possível perceber que o conhecimento adquirido pelo ser humano em determinado tempo ou espaço reproduzido nesse tipo de material, ajuda a estudar situações por intermédio das informações neles contidas. A Associação Cartográfica Internacional e UNESCO, em 1996 definiram a cartografia:

Como conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artística que tendo por base os resultados de observação diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos fenômenos e ambientes físicos e socioeconômico, bem como a sua utilização.

Em tese, a cartografia é uma ciência que explora os conjuntos de operações técnicas de mapeamento terrestre, nesse sentido, pode-se dizer que seu objetivo é

definir e analisar as dimensões do espaço geográfico, praticamente indispensável ao moderno conhecimento do território, é de vital importância no conhecimento do passado cultural dos homens. É importante considerar que para se obter a leitura de um documento cartográfico (mapas, cartas e Plantas) é preciso conhecer sua linguagem.

Dessa forma, a cartografia tem aspectos específicos que distingue seu campo por meio das diversas linguagens visuais, como cita Joly (2011, p.11):

Uma vez que uma linguagem exprime, por meio do emprego de um sistema de signos, um pensamento e um desejo de comunicação com outrem, a cartografia pode, legitimamente, ser considerada como uma linguagem. Linguagem universal, no sentido em que utiliza uma gama de símbolos compreensíveis por todos, com o mínimo de iniciação.

O autor deixa claro na citação que a cartografia atingiu o campo da comunicação, no contexto da construção social e cultural, nos meios de comunicação de linguagem visual própria. Sendo importante o seu fácil entendimento para diversos fins, um deles é conhecer o território onde se vive para entender o contexto do passado nos seus diversos suportes.

### 2.1.2 A CARTOGRAFIA E A SUA TRAJETÓRIA.

Entender um pouco do trajeto histórico da cartografia ajuda a compreender a evolução do homem em representar suas bases culturais, científica e econômicas, acompanhando os estágios de seus conhecimentos. É interessante, alias, mencionar que a cartografia fez parte das diversas descobertas científica, com a influência de vários povos antigos.

Há indícios que a cartografia teve o seu início na mesopotâmia entre 2500 a 4500 A.C, quando os povos confeccionavam seus caminhos em placas de argilas, a partir daí percebeu-se que várias outras civilizações se preocupavam em conservar seus caminhos em madeira, papiro, metal entre outros (Duarte 2008).

De acordo com Anderson (et al 1982, p.19) “a cartografia tem seu desenvolvimento em épocas remotas até os dias atuais e a população nômade da antiguidade teve forte influência no estágio mais elementar da cartografia”

Um dos primeiros a colaborar com a ciência cartográfica foi o geógrafo Eratóstenes com sua experiência de tentar medir a circunferência da terra isso no século III A.C, já no século II A.C o grego Cláudio Ptolomeu, famoso pelos seus métodos de observação usou técnicas matemáticas para medir a latitude criando um mapa que mensurava oito mil lugares, ao longo de sua vida produziu uma obra com oito volumes que ensinam os princípios da cartografia, e serviu como base para vários teóricos até meados do renascimento (DUARTE, 2008).

Duarte (2008) em seu livro fundamentos de cartografia ressalta a importância sobre a abordagem técnica relacionada à cartografia, mostrando os princípios fundamentais do ensino dessa ciência desde os primórdios da escrita até a evolução da rede geográfica, de modo a comparar o progresso que a cartografia teve no decorrer dos séculos em diversas civilizações e o impacto que ela teve na idade média com a influência da igreja.

É seguro perceber que foram os gregos que forneceram os seus primeiros elementos de identificação e linguagem cartográfica, com os sistemas de projeção eles fundaram uma cartografia livre das perseguições religiosas com bases e cálculos mais seguros e precisos (JULY, 2008).

Seguindo a influência de outros países principalmente de Portugal, o Brasil se insere nesse contexto cartográfico após o descobrimento de suas terras pelos exploradores trazidos pela expansão ultramarina que aqui chegaram à busca de riquezas.

Uma das primeiras representações cartográficas do Brasil é datada do ano de 1500, criado por Juan de La Cosa, suposto marinheiro de Colombo, que mostra a chegada de Cabral pela costa brasileira em uma de suas viagens. (MOURA FILHO, 1999).

Já no início do século XVI o Brasil era representado cartograficamente por vários países como Alemanha, Portugal e Itália, por meio desses materiais teve-se a ideia das primeiras denominações dadas ao Brasil como Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios. (FARIA, 2000)

A Amazônia também foi muito representada até meados do século XVII por Francisco Orellana (1542) e Pedro Ursoa (1560-1561) que navegavam pelo rio Amazonas.

De acordo com Faria (2000) em seu artigo intitulado a representação gráfica no Brasil colonial<sup>1</sup> destaca vários pontos onde a cartografia fez parte do conhecimento histórico, social e econômico de nossa história desde o período do descobrimento do Brasil até o final do século XVIII, descrevendo por inteiro o acervo cartográfico custodiado pela Biblioteca Nacional.

Dessa forma, percebe-se que a cartografia tem um crescimento acelerado e aperfeiçoa-se consideravelmente ao longo de séculos, fazendo com que essa ciência se torne importante para o mundo, capaz de gerar conhecimento em diversas áreas.

### 2.1.3 O QUE SÃO DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS?

A informação está contida em nossas vidas em diferentes formatos, dessa forma o documento é entendido na arquivologia como um registro de uma informação independente da natureza do suporte a partir de uma função e atividade, os documentos cartográficos fazem parte do que é chamado pela Arquivística de documentos especiais, que são aqueles que necessitam de um cuidado maior tanto no seu armazenamento quanto na sua preservação.

Como bem nos assegura Duarte (2009, p.49), “Os documentos e mapas devem ser mantidos em gavetas horizontais, acondicionados em envelopes de papel neutro ou poliéster. Não devem ser dobrados”.

Sendo assim, o controle da conservação de tais documentos, se dá pelo fato desses estarem em diferentes suportes. Fillion (1998, p. 230) acrescenta que “[..] os mapas e planos tendo em conta a sua dimensão e por razões de conservação, são a maior parte das vezes conservados separadamente dos outros documentos pertencentes ao fundo de arquivo”.

Desde o início das coletas de informações sobre a cartografia, nota-se o cuidado em representar a terra em seus aspectos geográficos, Para Fillion (1998) os mapas são representações gráficas de um corpo celeste ou da superfície da terra, já as plantas e cartas são a concepção de uma obra com uma superfície mais restrita.

---

<sup>1</sup> Projeto Biblioteca Virtual da cartografia Histórica dos Séculos XVI a XVIII. O convênio entre a Biblioteca Nacional e a financiadora de estudos e projetos, foi estabelecido em Dezembro de 2000.

Como bem nos assegura Anderson (1982), os mapas e plantas são os documentos cartográficos mais utilizados, o mapa é uma ilustração representativa com caráter científico e especializado cobrindo territórios menos extensos em escalas geralmente pequenas, já a carta se difere dos mapas por utilizar escalas médias e grandes, mas que tem a similaridade em caráter especializado de mapeamento terrestre, a carta possui uma precisão maior que os mapas pelo fato dos conteúdos estarem condicionados pela escala.

Para um melhor entendimento sobre a definição do autor, Joly (2013, p. 17) esclarece que escala “é a relação constante que existe entre as distâncias lineares medidas sobre o mapa e as distâncias lineares correspondentes, medidas sobre o terreno”.

Para Oliveira (1988, p.31) cartas e mapas são similares na língua portuguesa, e tem definições distintas para alguns manuais da área cartográfica. Para esse autor:

Tanto mapa quanto carta, naturalmente, se relacionam principalmente com a parte sólida do terreno, mas o mapa encarrega-se da parte descoberta, e a carta com a porção submersa" Em suma, mapa é o termo mais geral, enquanto carta é destinada unicamente à representação náutica ou marítima.

Como se pode verificar nessa citação, os mapas, cartas e plantas são aplicados em diversas áreas que necessitam das informações contidas nesses documentos. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para representar a superfície terrestre e as formas de expressão qualitativa, assim como a descrição quantitativa. Seguindo esse raciocínio Martinelli (2008) afirma que, a representação qualitativa expressa existência, localização e extensão enquanto que a quantitativa evidencia a relação de proporcionalidade entre objetos.

Os mapas, cartas e plantas trabalham com escalas que variam entre grande, média e pequena, possui uma linguagem própria que é representada por símbolos em forma, tamanho, orientação, cor, valor, granulação entre outros. Um exemplo disso são as legendas que fazem parte da maioria dos documentos cartográficos, que será abordado no decorrer da pesquisa.

Ainda para Oliveira (1988), em sua outra obra intitulada Dicionário Cartográfico, podemos verificar as definições dadas a cada um:

**Carta:** Representação dos aspectos naturais e artificiais da Terra, destinada a fins práticos da atividade humana, permitindo a avaliação precisa de distâncias, direções e a localização geográfica de pontos, áreas e detalhes; representação plana. Geralmente em média ou grande escala, numa superfície da Terra, subdividida em folhas, de forma sistemática, obedecendo um plano nacional ou internacional. Nome tradicionalmente empregado na designação do documento cartográfico de âmbito naval. É empregado no Brasil, também como sinônimo de mapa em muitos casos (p. 74).

**Mapa:** Representação gráfica, geralmente numa superfície plana e em determinada escala, das características naturais e artificiais, terrestres ou subterrâneas, ou, ainda, de outro planeta. Os acidentes são representados dentro da mais rigorosa localização possível, relacionados, em geral, a um sistema de referência de coordenadas. Igualmente, uma representação gráfica de uma parte ou total da esfera celeste (p.322).

**Planta:** Representação cartográfica, geralmente em escala grande, destinada a fornecer informações muito detalhadas, visando, por exemplo, ao cadastro urbano, a certos fins econômico-sociais, militares etc. (p. 426).

Nesse sentido, é importante compreender que esses documentos mesmo que em padrões e dimensões diferentes tem funções similares, que é conhecer a realidade física projetada em diversas escalas não importando se é carta, mapa ou planta, sendo assim são documentos relevantes para o conhecimento geográfico da terra.

## 2.2 O FUNDO E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA

É perceptível a ligação do fundo com o princípio da proveniência, visto que, esse emana do respeito à ordem original, o fundo se liga ao valor probatório e informativo dos documentos.

Como reforça Rousseau e Couture (1998, p. 90) "é este o valor de prova que faz dos arquivos testemunhos privilegiados e objetivos das componentes da vida da pessoa física ou moral que os constituiu". Para esse autor o fundo é um conjunto de documentos independente do suporte ou formato, reunidos por meio das atividades de uma pessoa física ou jurídica no decorrer de suas funções.

Sendo assim, o fundo tem uma função importante no conhecimento da veracidade das informações de quem os produziu. Outrossim, Bellotto (2006) reforça que o fundo é o conjunto de documentos que foram guardados com a função de provar e testemunhar as atividades de pessoas, entidades públicas ou privadas, e

em hipótese alguma poderão ser misturados com outros documentos sem relação orgânica entre si.

Consequentemente, o fundo deve ser indissociável, não se mesclar a outros, seguindo o princípio básico da arquivística onde suas origens teóricas se formaram. Pode-se dizer que ao fazer qualquer atividade relacionada com documentos de arquivo, principalmente os permanentes, o fundo será um dos principais tópicos a ser observado pelo arquivista, em se tratando dos métodos arquivístico, o princípio da proveniência é fundamental para essas atividades.

Como observado, o princípio da proveniência vem à priori quando relacionado aos métodos arquivístico, Rousseau e Couture (1998, p. 82) reforça que “por definição, o fundo de arquivo não pode existir sem que o princípio da proveniência seja aplicado”. Esse princípio é a base para as práticas de arranjo e descrição, que até antes dele seguiam padrões impostos pelos historiadores, ocasionando dificuldade em sua ordenação como: os períodos cronológicos, áreas geográficas e os assuntos (SCHELLENBERG, 1980).

O princípio da proveniência se concretiza a partir de 1841 com a formulação de instituições departamentais de arquivos, onde uma circular produzida pelo chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do ministério do exterior, até então o historiador Natalis de Wailly (1841) que enviou aos arquivos de estados com algumas determinações sobre os métodos de ordenação dos documentos.

Dentre as recomendações, Wailly (1841) propunha:

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou individuo e dispor em determinada ordem os diferentes fundos [...] documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família [...] (DUCHEIN, 1992, p. 16).

Contudo, essas instruções relacionadas por Natalis de Wailly (1841) direcionam um novo modo de lidar com os arquivos, evitando assim, de se utilizar métodos de ordenação que oferecem dificuldades futuras.

Em seu artigo, o respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos, Duchein (1992) observa o problema de interpretação em relação às práticas e teorias com respeito ao fundo e ao princípio da proveniência, a difícil

definição do fundo com relação à hierarquia dos organismos produtores de arquivos e a variação de competência que esses organismos criam e ressalta a importância do princípio como base segura para o trabalho do arquivista.

De acordo com Schellenberg (1980, p.110) “O princípio confere ao arquivista orientação prática e econômica para o arranjo, descrição e consulta dos documentos em sua custódia”. Vê-se, por isso, que o principal objetivo desse princípio é tornar acessível a informação separando o arquivo por fundo, respeitando suas origens e facilitando a ordenação da documentação de acordo com as atividades e funções de quem a gerou.

### 2.2.1 OS ARQUIVOS PESSOAIS

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística em suas primeiras páginas define arquivo como: "Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (ARQUIVO NACIONAL, 2005 p. 26).

Além disso, ressalta que o termo fundo é equivalente ao arquivo, por tanto, percebe-se que o valor de prova que os arquivos possuem é uma garantia da veracidade das informações contidas nos documentos de quem os produziu, respeitando o princípio da proveniência.

Os arquivos pessoais estão ligados a este valor probatório, “[...] a acumulação e os documentos ali encontrados têm características muito particulares ligadas à vida do titular e, no caso de escritores/artistas, à sua obra” (TOGNOLI; BARROS, 2011. p.68).

Silva (2012) relata ainda, a complexidade em definir as atividades e funções de um arquivo pessoal se difere dos arquivos institucionais pelo motivo que para o primeiro tal definição só pode ser feita após o conhecimento de suas obras bibliográficas e a trajetória de sua vida profissional.

De acordo com Bellotto (2006, p.256) os arquivos pessoais:

[...] são papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados

sobre a vida cotidiana, social religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Pode-se observar na citação da autora que os arquivos pessoais estão inseridos no contexto dos arquivos privados, que para ela estão embutidos na própria definição, como por exemplo: o valor histórico, cultural ou científico que esses documentos acumulados por pessoas físicas ou família possuem.

No Brasil a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, em seu capítulo III aborda sobre os arquivos privados onde no Art. 11 e 12, os identificam e relacionam o seu interesse público.

Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades. [...] Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional (BRASIL, 1991).

Portanto, os arquivos pessoais são documentos que foram produzidos para um determinado fim, que por influência da relevância das informações ou do próprio produtor do arquivo passaram a ter importância social.

Em tese, os arquivos pessoais são conjuntos orgânicos estruturados, criados por personalidades de diversas áreas e são fontes primárias de informações. Quando recolhidos ou doados as instituições públicas devem prevalecer o seu valor histórico cultural, serem acessíveis a qualquer pesquisador que necessite das informações que resultaram na produção documental.

Logo, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 25 de Julho de 2003, cria a Resolução nº 17, que revoga a de nº 12, de 07 de Dezembro de 1999, e dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

Desta forma, podemos notar que o poder público reconhece a importância que esses fundos de arquivos possuem, quando a produção resultou de pesquisas que poderão contribuir e aprimorar estudos futuros, “[...] no caso dos acervos privados é apenas por sensibilização, por persuasão, por especiais interesses e concessões que certos acervos podem ser resgatados para a pesquisa histórica” (BELLOTTO, 2006, p.258).

Fica claro que de alguma forma os arquivos pessoais contribuirão para o desenvolvimento intelectual da sociedade, porém, as instituições públicas de posse desses fundos deverão torna-los disponíveis e acessíveis a todos.

Sendo assim, a utilização de procedimentos arquivístico para a identificação desses documentos é indispensável, o órgão público quando passa a custodiar esses arquivos devem: planejar, organizar e divulgar seu acervo de forma a mantê-los organicamente conservado (SILVA, 2012).

É preciso ressaltar que tais procedimentos irão contribuir para a compreensão de seus valores como documentos que refretem as atividades que foram construídas ao longo da vida do individuo que os produziu, portanto, utilizar os métodos arquivístico adequados contribuirá de forma relevante para o entendimento e disseminação desses arquivos pessoais.

### 2.2.3 A DESCRIÇÃO

A descrição Arquivística é a análise do documento de arquivo realizada por meio do processo de leitura sobre esse, visando auxiliar o arquivista de modo a contribuir no controle da dispersão da informação, de forma que essa seja disponibilizada aos usuários, tendo como base os instrumentos de pesquisa (HEREDIA HERRERA, 1991).

De acordo com Cruz Mundet (1994), a descrição arquivística é uma tarefa essencial na prática arquivística, quando organizada e estruturada passa a informação de modo eficiente para os usuários.

Já, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define descrição como: “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

Para Schellenberg (1980, p. 202), a descrição torna acessível às informações contidas na documentação de cunho histórico e social. Assim:

O objeto do trabalho descritivo é tornar acessível os documentos que se acham na custódia do arquivo. Os meios de busca apresentam dupla finalidade: tornar os documentos conhecidos dos consultantes potenciais e facilitar, para o arquivista, as procuras neles realizadas.

Como se pode verificar, a descrição é aplicada na área de disseminação e uso da informação que os arquivos possuem. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para dá acesso ao conteúdo contido nos documentos de forma a facilitar seu entendimento por meio simples e prático.

Ainda para Schellenberg (1980, p. 208), "Deve-se traçar o programa descritivo de forma que se forneça sobre os documentos a informação necessária". Nesse sentido, a descrição permite uma visualização da documentação de modo simples e de fácil compreensão por qualquer usuário que utilize do serviço de pesquisa.

Historicamente a descrição está ligada aos primórdios dos arquivos, indícios apontam que essa prática de descrever documentos já acontecia desde 1500 A.C, por civilizações que se preocupavam em substituir seus documentos por resumos descritos para conserva-los (DURANTI, 1993).

Os arquivos a partir do século XIII até meados do século XX serviam como auxiliar da historia, passando a ser visto como fonte de pesquisa para os usuários, nessa época houve uma grande movimentação dos arquivistas para criarem meios de organizar as informações, utilizando instrumentos de busca que facilitassem o acesso, porém, os meios utilizados não foram válidos, muitos aderiram à ordenação cronológica, em consequência disso os fundos foram dispersos perdendo sua forma original. (DURANTI, 1993).

Duranti (1993) em seu artigo<sup>2</sup> aborda de forma ampla a origem do conceito de descrição desde o surgimento do termo derivado do latim, indo ao uso da prática descritiva usada pelos bispos do império romano e bizantino para preservar seus documentos.

Além disso, descreve que os inventários usados entre os séculos XII – XV nas cidades europeias tinham descrições que serviam para preservar e fornecer evidências dos documentos, nesse mesmo período já se observava a necessidade de utilização de instrumento de busca que serviam para fornecer provas da existência dos documentos de forma a manter o controle das explorações típicas daquela época, prática que seguiu forte até a idade média, também reforça que a descrição permaneceu pouco desenvolvida até final do século XIX.

---

<sup>2</sup> DURANTI, L. [1993]. Origin and Development of the Concept of Archival Description. *Archivaria: the Journal of the Association of Canadian Archivists*, Ottawa, 35, p. 47-54.

Seguindo o mesmo raciocínio Llanes Padrón (2016), em seu livro<sup>3</sup> apresenta que a descrição nos tempos modernos possui caráter científico, após a separação das tarefas de classificação, ordenação e descrição, e passou a ser usada na arquivística não mais como função de custódia, mas sim, como facilitadora da recuperação da informação para o acesso.

Por tanto a descrição é fundamental para a difusão do acervo, seguir os padrões recomendados pela arquivística faz com que a informação alcance seu objetivo maior, que é chegar ao pesquisador da forma certa e precisa.

A descrição é usada no arquivo como função de conhecer o conteúdo dos documentos por meio dos instrumentos de pesquisa elaborados por um arquivista, é principalmente utilizada nos arquivos permanentes, como reforça Bellotto (2006, p.173) “a descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes”.

Já para Oliveira (2002. p. 41), a descrição faz parte da elaboração de mecanismos de controle e acesso, por esse motivo “[...] é possível perceber que em todas as fases documentais (corrente, intermediária e permanente) a implementação de um processo descritivo é fundamental, uma vez que controle e acesso são necessários e relevantes”.

Lopez (2002, p.11) apresenta ainda que, “muitas vezes, as atividades de descrição são iniciadas durante a própria classificação dos documentos”. Portanto, é importante compreender que a descrição é fundamental em todas as fases da gestão<sup>4</sup>. Dessa forma, pode-se exemplificar a importância dela em organizar a informação para o acesso e controle da informação.

### 2.2.3.1 OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.

Como dito anteriormente, os instrumentos de pesquisas são parte fundamental nas atividades de descrição, servem para orientar os usuários e de forma resumida localizar informações contidas nos fundos de arquivo.

Bellotto (2014) destaca que a política de descrição visa na elaboração de instrumentos de pesquisa, usado para responder várias questões a cerca da

---

<sup>3</sup> LLANES PADRÓN, Dunia. La Descripción Archivística En Los Tiempos Posmodernos: Conceptos, Principios Y Normas. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

<sup>4</sup>Gestão neste contexto é: o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

funcionalidade e difusão da informação nos arquivos, contudo deve-se estudar desde os recursos humanos até o estado físico da documentação, para assim formar o ponto básico da política e chegar ao tipo de instrumento a ser utilizado, as técnicas a serem adotadas e a planificação que o instrumento irá abranger.

É interessante, alias perceber, que as políticas de descrição terão melhor contribuição quando se conhece o tipo de instrumento que será usado pelo arquivo, esse instrumento é responsável por fazer o assunto sair da entidade custodiadora daquela informação para que seja conhecido pelo público em questão, mas, há alguns fatores que se sobrepõe como, deixar de conhecer o fundo que está sendo descrito e o tipo de informação a ser passada, isso pode ocasionar demora no desenvolvimento das políticas descritivas, mesmo assim, não parece haver razão para deixar de elaborar instrumentos que exerçam e cumpram suas finalidades.

Uma descrição realizada de forma inadequada por motivo de não compreensão ou falta de conhecimento por parte do arquivista, resulta numa quebra de comunicação entre o pesquisador e a informação repassada (HEREDIA HERRERA, 1991).

Diante do exposto, os instrumentos de pesquisa fazem parte do processo descritivo, sendo assim, não podem deixar de ser realizado. Portanto, percebe-se a necessidade de descrever os fundos de arquivos de forma fidedigna ao documento de arquivo, desta forma, montar planos de política descritiva para suprir a carência do pesquisador é parte essencial do processo, Bellotto (2014, p. 287) sustenta ainda mais afirmando que:

"Qualquer que seja a orientação do trabalho histórico, o pesquisador necessita do texto colocado ao seu alcance pelo instrumento de pesquisa. Cabe ao seu elaborador aprender, identificar, condensar e, sem distorções, apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação da documentação por ele descrita".

Os instrumentos de pesquisas são a maneira dos arquivistas passar a informação que o acervo possui para os solicitantes, identificando, resumindo e transcrevendo, utilizados de formas gerais ou parciais em diferentes graus e amplitude. Nesse sentido pode-se dizer que seu objetivo é tornar acessível o conteúdo para o controle administrativo ou intelectual do arquivo, possui grande eficácia quando bem elaborado atingindo seu propósito principal.

Os instrumentos de pesquisas utilizados na arquivologia são os guias, inventários, catálogos, catálogo seletivo, índices e as edições de fontes. Para Bellotto (2014) o primeiro instrumento a ser elaborado é o guia, seguindo uma ordem hierárquica, onde se detalha as principais informações do arquivo como endereço, condições de ingresso, serviços que presta entre outros relacionados ao fundo.

O guia é um instrumento de pesquisa do tipo parcial, descritivo que tem a finalidade de orientar os usuários nos serviços prestados pelo arquivo, deve possuir uma introdução de fácil entendimento e informações básicas como horário de funcionamento, tipo de acervo e coleções, condições físicas e jurídicas entre outros.

Portanto, é aconselhável que os guias devam conter nome do arquivo, endereço físico, endereço eletrônico, telefone, dias e horas de consulta, feriados, serviço gratuito ou pago, breve histórico informando a situação atual entre outros pertinentes ao acesso dos pesquisadores.

O guia possibilita descrever sumariamente os fundos e coleções, é a primeira visão geral do acervo em que o pesquisador tem contato, deve ser fácil e acessível. “O importante é que a composição do guia não deixe de lado três itens fundamentais: introdução, informações sobre o arquivo como instituição e dados relativos ao fundo e aos serviços que presta” (BELOTTO, 2006, p 195 e 196).

Outro instrumento de pesquisa utilizado pelo arquivo é o inventário, que é um instrumento parcial que segue na hierarquia logo após o guia, descrito de forma sumaria seu conteúdo pode ser divulgado em vários meios, os inventários devem seguir a ordem original dos arranjos descrevendo os documentos por inteiro.

O Dicionário de Terminologia Arquivística define inventário como sendo um “Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos”<sup>5</sup>.

O uso do inventário deve ser feito de forma a englobar todas as series pertencentes ao fundo ou coleção, descrevendo as atividades, datas-limites, e a ordenação que esse fundo contém. O inventário possibilita a visão ampla de todos os documentos separados em fundos ou series ou partes deles. Tem na sua composição a situação geral do fundo como introdução.

---

<sup>5</sup> ARQUIVO NACIONAL, 2005. p 109.

Bellotto (2008) esclarece que o inventário deve possuir verbetes que obedecem ao arranjo, para essa autora a ordem dos elementos devem seguir:

1. Caracterização diplomática- semântica- jurídica-administrativa do tipo documental ou da função administrativa que originou a produção/ recolhimento dos documentos componentes da serie descrita.
2. Datas-baliza (a do documento mais antigo e a do mais recente da série ou da sua parcela inventariada).
3. Quantidades de documentos ou de unidades de arquivamento.
4. Notação ou cota (conjunto de siglas e números que identificam ou localizam as unidades de arquivamento no acervo).
5. Observações quanto ao arranjo, se houver. (p. 200–2001)

Já o catálogo é um instrumento que descreve os documentos unitariamente, é usado para dá continuidade aos inventários de forma que as séries ou conjuntos documentais respeitem sua classificação ou arranjo. “no catálogo, por ser apresentação descritiva de documento por documento, as sequencias dos dados necessários à identificação e ao resumo são as mesmas que as do inventario” Bellotto (2008, p. 202).

O catálogo deve ser feito seguindo uma sequência lógica, deve conter dados mínimos para ser compreendido de forma clara como: data (cronológica e tópica), tipologia, autor ou emissor, destinatário, assunto, função, assinatura e quantidade de paginas. O catálogo possibilita o conhecimento amplo de cada peça do acervo documental, facilitando o conhecimento do acervo a assuntos que envolvam a mesma temática englobando pessoas, lugares, datas, enfim, uma ferramenta de grande utilidade para os pesquisadores.

Para Bellotto (2008) esse tipo de instrumento que antes era chamado repertório, uma mudança causada pelas influências de terminologias de outros países, possui dois tipos: os que se referem especificamente as pessoas, temas e eventos que fazem parte de um fundo maior e meramente precisam ser descritos em primeiro plano, outro onde o próprio autor seleciona os documentos “mais importantes” a serem descritos por algum motivo relevante.

O índice é considerado um instrumento auxiliar, permite uma rápida localização das unidades documentais apontando nomes, lugares, assuntos, sempre em ordem alfabética. “os índices simplesmente se referem aos assuntos tratados em tais entidades” (SCHELLENBERG 2006, p. 332).

Sendo assim, os índices se dispõem de “Relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidos em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização” (ARQUIVO NACIONAL, 2005. p 109). Como se pode notar o índice é um instrumento complementar ele facilita a localização e ajuda a auxiliar a eficácia do inventário e do catálogo que sem o mesmo fica vulnerável.

Ainda nesse rol de instrumentos auxiliares a edição de fontes passa a ser um instrumento de descrição de fundos históricos, onde se faz um trabalho de transcrição de textos antigos e se tem o cuidado de fazer análise minuciosa para passar a informação certa contida no documento.

Não obstante, percebe-se a importância dos instrumentos para a descrição, é um meio de busca de fácil entendimento onde todos possam utilizar e satisfazer seus resultados finais, eles passam a ser uma ponte entre a informação e o pesquisador.

#### 2.2.3.2 AS NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O século XXI está marcado pelas constantes evoluções, tanto no meio físico quanto no digital, as novas tecnologias surgem para marcar uma nova era global. A descrição arquivística acompanha essa fase de desenvolvimento com a criação de normas que garantem uma melhor aplicação das técnicas de descrição, para que possa de modo a disseminar a informação num âmbito mais geral.

Desse modo, percebendo a necessidade de padronização na descrição o ICA (Conselho Internacional de Arquivos), criou uma comissão chamada de Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, em outubro de 1988, que passou a ser Comitê de Normas e Descrição (CND) em 1996. Dentre vários assuntos pautados houve a conclusão da necessidade de criação de normas que garantisse o melhor aproveitamento das técnicas de descrição<sup>6</sup>.

Sendo assim, as discussões tonam-se a base para a criação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G) em 1992, que foi revisada em 1993 após ser traduzida em cinco línguas. A norma estabelece diretrizes gerais para a

---

<sup>6</sup> History of ICA/CDS. In International Council on Archives Committee on Descriptive Standards. [Em linha]. [Consultado. 18 Set. 2016]. Disponível na <URL: <http://www.icacds.org.uk/eng/history.htm>>.

preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação. (CONARQ, 2000).

Nesse mesmo ano foi desenvolvida a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias ISAAR (CPF), de forma a complementar os pontos de acesso existente na ISAD (G), onde foi observado que não poderia ser completa sem as informações do criador.

Com isso, o ICA ao concluir as duas normas se compromete como prioridade da comissão, a cada cinco anos fazer a manutenção das normas. Ressalta-se também que além dessas duas normas o ICA cria a Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF, em maio de 2006 com o objetivo de descrever as funções em sistemas arquivístico, e a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH numa versão final em 2008, com regras de descrição de instituições com acervo arquivístico. “O principal objetivo da norma é facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral” (CONARQ, p.11 2008).

#### 2.2.3.2.1 A NOBRADE

O Brasil se insere no contexto das normas, quando cria a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, pelo conselho nacional de arquivos (CONARQ) que é um órgão colegiado com vínculo ao Arquivo Nacional, dentre suas finalidades está a de definir políticas inerentes à gestão de arquivos e orientações normativas. É também o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) que tem em sua composição membros dos poderes executivo, estadual e federal, além de arquivistas e associações.

O CONARQ em 1998 se propôs a divulgar nacionalmente as normas ISAD(G) e ISAAR (CPF) após ser convidado para participar da revisão da segunda edição, visto que havia a necessidade de se implantar políticas descritivas mais eficientes, em 2001 cria a Câmara Técnica de normalização da descrição arquivística (CTNDA) com intuito de propor normas baseadas na ISAD(G) e ISAAR (CPF). Em 2006 lança a NOBRADE como uma versão teste de quatro meses. Importante lembrar que “a NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR (CPF)” (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p.9).

A NOBRADE é uma norma que visa estabelecer diretrizes para descrição arquivística no Brasil, facilitando o acesso e difusão da informação em âmbito nacional e internacional, sua funcionalidade é recomendada na utilização da descrição nos arquivos permanentes, porém nada impede de ser utilizada nos correntes e intermediários (ARQUIVO NACIONAL, 2006).

A norma segue os preceitos de um dos princípios básicos da arquivologia, a do respeito ao fundo, também adota a descrição multinível a qual a ISAD(G) segue. Está estruturada em oito áreas contendo 28 elementos, sendo eles: (1) área de identificação, (2) área de contextualização, (3) área de conteúdo e estrutura, (4) área de condições de acesso e uso, (5) área de fontes relacionadas, (6) área de notas, (7) área de controle da descrição e (8) área de pontos de acessos e indexação de assuntos.

Ressalta-se que a NOBRADE possui um nível a mais que ISAD(G), a área 8, onde se utiliza termos para localização da unidade de descrição, e dois elementos, um incluído na área 8 sendo o 8.1 e outro sendo 6.1 que fornece o estado de conservação das unidades descritas. A norma também estabelece sete elementos obrigatórios: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es), e condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Contudo, notou-se a importância que o CONARQ deu nesses últimos anos para o aprimoramento das técnicas de descrições por meio das normas existentes. A resolução nº 28 de 17 de Fevereiro de 2009, que dispõe sobre a utilização da NOBRADE pelos órgãos integrantes do SINAR mostra a preocupação em manter padrões que tornem cada vez mais acessíveis as informações para o público.

### 2.2.3.3 ICA-ATOM – (ATOM)

O ICA-Atom (International Council on Archives – Access to Memory) é um software livre voltado à ambiente web, que disponibiliza ao usuário a utilização gratuita com possibilidade de modificação, o software utiliza códigos desenvolvidos com base no Apache, MySQL, PHP (Hypertext Preprocessor), Symfony. Possui fácil interação com o usuário, quando o pedido da informação é feito por meio de um navegador web (browser) o código PHP5 direciona o pedido de busca nas bases de dados e retorna em formato HTML.

O ICA-AtoM auxília nas atividades de descrição arquivística, fornecendo informações contextuais sobre unidades arquivísticas, baseado nas normas do ICA, possui interface multilíngue e repositório digital, qualquer usuário pode navegar e pesquisar usando o URL do servidor hospedado pelo ICA-AtoM, entretanto para editar conteúdo o usuário precisa cadastrar uma conta na qual utilizará toda vez que for descrever no sistema<sup>7</sup>.

O projeto teve início em 2003, contudo só em 2005 pôde avançar após a ajuda do financiamento vindo da UNESCO, que auxiliou o ICA na criação de um guia online para gerenciar informações relacionadas à violação de direitos humanos. Com isso, foi contratada a empresa Artefactual Systems com a coordenação de Peter Van Garderen para produzir um aplicativo de código fonte aberto, no ano seguinte o ICA-AtoM lança sua primeira versão a v.01 (FLORES E HEDLUND, 2014).

Atualmente a parceria entre ICA e o grupo Access to Memory deixou de existir assim como a nomenclatura que passa a ser somente AtoM, essa separação provocou algumas melhorias no sistema principalmente na busca e pesquisa e algumas funções que permitem gerar automaticamente instrumentos de descrição em PDF (SILVA, 2016).

No entanto, a última versão do ICA-AtoM continua disponível para download e pode ser usado normalmente, todavia o site mostra o link que direciona o usuário a nova página da web que hospeda o software AtoM.

O AtoM passa a ser desenvolvido pela Artefactual System, permanece com as principais funções do ICA-AtoM, trazendo a base do modelo estrutural de descrição, a utilização do aplicativo em ambiente web e a descrição analítica com base nas normas de descrição do ICA com suporte a plataformas multilíngue, além de ser ágil em relação a descrição arquivística.

No 12º Encontro de Arquivos Municipais que aconteceu em Portugal em Outubro de 2016, Helder Silva (2016) apresenta em seu artigo<sup>8</sup> a utilização do software AtoM como solução para garantir uma disseminação eficiente e uma maior

---

<sup>7</sup> ICA-ATOM. On-line User Manual: Glossary. Disponível em: < <https://www.icaatom.org/doc/Glossary>>. Acesso em 08 Dez./2016.

<sup>8</sup> Ver SILVA, H. O acesso à memória (AtoM) no município de Albergaria-a-velha. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 12, 2016, Castelo Branco- Portugal. 2016.

difusão do patrimônio arquivístico do Arquivo Municipal do Município Albergaria-a-Velha em Portugal.

Dentre suas argumentações estava a gratuidade do programa, onde sua implementação saiu a custo zero. Além disso, a integração de objetos digitais de diversas naturezas incluindo a leitura de áudio e vídeo sem a necessidade de qualquer instalação adicional.

Ainda para o autor, a facilidade na utilização do software se revelou muito útil principalmente no designer visual do programa como exemplo a “barra carrossel” que percorre objetos digitais de um fundo facilitando a pesquisa visual.

Em suma, a difusão da informação na era digital vem se aprimorando ao longo dos anos, a utilização desses softwares como meio de disseminar as informações de acervos que antes só poderiam consultados no próprio local de guarda são ferramentas que auxiliam no trabalho do arquivista.

### 2.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS MÉTODOS ARQUIVÍSTICO EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

Como visto anteriormente, os documentos cartográficos são considerados documentos não textuais, e relaciona-los aos métodos arquivístico não é uma tarefa fácil, visto que, a escassez de informações acerca do assunto pertinente é grande. Por conta disso, esses materiais considerados especiais na arquivologia, foram tratados por áreas afins com poucos conhecimentos da arquivística.

É o caso das bibliotecas, que por muito tempo foram e ainda são custodiadoras desse tipo de material, como reforça Schellenberg (2006, p.44) os materiais “cartográficos apresentam quase o mesmo interesse tanto para os bibliotecários quanto para os arquivistas”, esses interesses de ambas seriam de cunho cultural e informativo.

Em vista disso, no fim da década de setenta a bibliotecária Zenobia Bastos, escreveu um livro com técnicas de organização de mapotecas<sup>9</sup> a fim de apresentar processos técnicos sobre classificação e descrição desses materiais. Ela queria com este trabalho proporcionar modelos de catalogação e sistemas de classificação de materiais cartográficos adotados no Brasil.

---

<sup>9</sup> Ver BASTOS, Zenobia P. S de Moraes. Organizações de Mapotecas. Rio de Janeiro: BNG / Brasilart, 1978.

Para tanto, a autora utilizou processo de pesquisas em normas internacionais da área biblioteconômica de catalogação e classificação como: a Anglo- American Cataloging Rules, American library Association, Library of Congress, Manual de Samuel Boggs e da Biblioteca do Vaticano, que segundo a autora todos traduzidos no idioma português.

Dentre os procedimentos de catalogação descritiva adotada pelas normas, a escala era um dos pontos onde não poderia faltar na descrição do mapa, e as fichas deveriam possuir: o tipo de impressão, informações cartográficas referentes à projeção, área envolvida, história bibliográfica do exemplar entre outros.

Em relação à organização física, a autora apresenta como meio, a classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD) e a classificação Decimal universal (CDU) que consiste em separar todo o conhecimento por assunto em nove classes principais, que vai do número 1 a 9. E para a classificação específica de mapas foi reservado o número 912, dentro da classe 900 história e subclasse 910 Geografia.

Para Schellenberg (2006, p.48) esse tipo de classificação não é totalmente eficiente nos materiais de arquivos, observado em exemplos de aplicações más sucedidas, portanto “os arquivistas não podem arranjar seus documentos de acordo com esquemas predeterminados de classificação de assuntos”.

Já em relação aos materiais de arquivos e bibliotecas, Schellenberg (2006) esclarece que existem termos semelhantes em ambas as áreas, porém com significados diferentes, um deles é a “classificação” que relacionado aos arquivos significa arranjar os documentos seguindo critérios e princípios arquivístico, e para a biblioteca é a ordenação que segue sistemas lógicos e numéricos para a localização dos materiais nas estantes.

O outro termo é a “catalogação” mais especificamente a “catalogação descritiva” que para as bibliotecas se define em descrever em fichas os materiais individuais e separados por título e autor, e para o arquivo esse termo resulta em descrever eles por unidades e séries.

Portanto, nota-se que esses métodos usados pelas bibliotecas, na arquivística moderna seriam de cunho duvidoso, entretanto “as técnicas biblioteconômicas de catalogação e indexação, por exemplo, podem ser aplicadas com pequenas alterações, a tipos especiais de materiais de arquivos, tais como mapas, plantas” (Schellenberg, 2006, p.51).

Pensando nisso, a arquivística desenvolveu meios nas décadas de sessenta e setenta para que esses fundos de documentos não textuais fossem absorvidos pelo arquivo, partindo do princípio que a informação é independente de suporte. (Rousseau e Couture, 1998).

Para Fillion (1998, p. 230) o arranjo de mapas geográficos se torna satisfatório aos pesquisadores quando “nenhuma ordem inicial é aparente. A prática tende a favorecer uma organização por região geográfica ou cronológica [...]”. No entanto Bellotto (2006, p. 139) discorda quando contextualiza que os métodos geográfico, cronológico pode até facilitar para os pesquisadores “entretanto, tal ordenação faria desaparecer ou diluiria a percepção da razão de ser do documento, o que, afinal, o deformaria aos olhos do consulente”.

Como observado, a relação dos arquivistas com esse tipo de documentos ainda é recente, as buscas por métodos modernos entre arranjo, ordenação, classificação e descrição, envolvendo esses materiais são quase que nulas, porém, nesse momento faz-se necessário abordar estudos que envolvam o assunto proposto e relaciona-los com as técnicas arquivística.

Nesse caso, usaremos a obra de Jocelyn Létourneau<sup>10</sup>, mais precisamente o capítulo que o autor aborda os métodos de leitura e interpretação de mapas antigos. E associa-los as técnicas existentes de descrição arquivística.

Para Létourneau (2011, p. 158):

Ler um mapa antigo não é apenas identificar as informações manifestas que ele contém. É procurar considera-lo como o testemunho de uma época. É procurar compreender por que nele aparece uma menção e não outra. É penetrar seu conteúdo na esperança de captar as mensagens ideológicas contidas no conjunto dos detalhes que o constituem.

A relação da leitura que o autor menciona na citação, nos remete as práticas adotadas pela arquivística em descrever os documentos, para retirar da li, dados que possibilitem a ligação entre a informação e o pesquisador.

Os mapas, cartas e plantas como documento arquivístico servirão para infinitas finalidades, dependendo do tipo de informação registrada, e do objetivo de

---

<sup>10</sup> Ver Ferramentas para o pesquisador iniciante; tradução Ivone C. Benedetti- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

sua utilização. Descrever um documento cartográfico tecnicamente consiste em examinar as informações nele existente, que irá servir para identifica-lo nos instrumentos de pesquisa utilizada pelo arquivo.

Para ter ênfase na leitura e interpretação de um documento cartográfico o arquivista deve se basear em três níveis de análise, a primeira consiste em verificar a relação que o documento possui com o autor, o lugar e a época. O segundo envolve o conteúdo documental em relação às buscas dos pesquisadores e por fim, a terceira análise consiste em perceber a finalidade dos documentos cartográficos<sup>11</sup>.

Segundo Fillion (1998, p.230)

[...] para descrever o documento e impedir manipulações inúteis. Neste contexto, o título, o autor, a data, a dimensão e a escala, a sinalização dos diversos elementos representados no documento como, por exemplo, a presença de edifícios, estradas, de montanhas ou de cursos de água, são de interesse seguro para a investigação.

Contudo, entende-se que o autor faz menção a elementos que possivelmente facilitaríamos a descrição desses materiais. Para facilitar o entendimento o quadro a baixo mostra os elementos e legendas contidos nesses documentos a serem observados pelo arquivista no momento de sua descrição.

**Quadro 1- Elementos e Legendas dos documentos cartográficos.**

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ELEMENTOS E LEGENDAS CONTIDOS NOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS		
1- FATURA DO MAPA		4- ELEMENTOS NATURAIS
Descrição geral	Passagens a vau	Acidentes topográficos
Enquadramento de título	Comunicações	Montanhas e montes
Descrição técnica	Telégrafos	Colinas
Escala	Habitat	Vales
Projeção	Cidades	Planícies
Declinação	Aldeias	Planaltos
Coordenadas geográficas	Litoral	Hidrografia, relevos marinhos.
Orientação	Início de assentamentos	Rios
Legenda	Domínios públicos	Estuários
Letreiro	Propriedades particulares	Braços
Gravuras	Solares	Bacias
	Solares e casas	

<sup>11</sup> Létourneau (2011), o termo arquivista foi inserido nesse contexto para melhor exemplificar sua relação com a descrição arquivística.

Comentários e anotações Detalhamento	Igrejas Capelas	Canais Correntes
<b>2- LIMITES ADMINISTRATIVOS</b>	Conventos	Marés
Fronteiras Internacionais	Colégios	Baixas
Fronteiras Provinciais	Hospitais	Enseadas
Limites de Distritos	Cruzeiros (monumentos religiosos)	Ancoradouros
Limites de Condados	Cabanas	Ilhas
Limites de Senhorias	Abrigos temporários	Penínsulas
Limites de Paroquias	Indústria e comércio	Cabos
Zona Rural, Costeira E Concessões.	Vias terrestres	Pontas
Glebas	Tavernas	Costas
<b>3- ELEMENTOS ANTRÓPICOS</b>	Serrarias	Banco de areia
Transporte marítimo	Moinho de trigo	Praias
Vias marítimas	Fábricas	Baixios
Passagens	Moinhos de vento	Escolhos
Ferry-boats	Forjas	Ponto de sonda
Faróis	Destilarias	Lagos
Marcos e balizas	Peixaria	Lagoas
Ancoradouros	Utilização do solo	Pântanos
Portos e desembarcadouros	Obras militares	Salinas
Canais	Fortes	Riachos
Eclusas	Casamatas	Córregos
Barragens	Elementos circunstanciais	Cascatas
Transporte terrestre		Cachoeiras
Vias terrestres		Vegetações
Vias de inverno		Florestas
Caminhos vicinais		Plantações
Transporte fluvial		Coníferas
Pontes		Solos

Fonte: Létourneau (2011, p.166) (adaptado pelo autor).

O quadro mostra quatro elementos agrupados em categorias, sendo os de faturas que comporta os títulos, escalas entre outros, os elementos administrativos, os antrópicos e os naturais. É importante frisar que nem todos os mapas possuem essas legendas, porém, de posse dessas informações o arquivista responsável pela descrição desses materiais poderá descrever um documento cartográfico seja cartas, mapas ou plantas, de tal maneira que o usuário poderá visualiza-lo através de sua descrição.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O local escolhido para desenvolvimento desta pesquisa foi a Universidade Federal do Pará, mais precisamente o Núcleo de Ciência Agropecuária e Desenvolvimento Rural (NCADR), que é custodiadora do acervo cartográfico e documental que foram cumulados pelo professor Jean Hébette.

Fica situado no endereço: Campus Universitário do Guamá Rua Augusto Corrêa, N ° 1 Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - Campus Básico, CEP: 66075-110.

O objetivo principal dessa pesquisa foi: observar, estudar e descrever o processo de descrição arquivística utilizado no acervo cartográfico acumulado pelo professor Jean Hébette ao longo de seu trabalho como pesquisador, com a finalidade de perceber o melhor meio de disseminação das informações contidas nesses documentos, para tanto foi consultado diretores e professores que estão responsáveis por tais materiais além dos profissionais que fizeram o processo de descrição dos documentos, e feito observações diretas e leituras de livros e artigos do assunto correspondente.

Também foram utilizadas pesquisas de cunho descritivo e exploratório que contribuíram para construção tanto da parte teórica quanto dos levantamentos de dados.

Barros et al (2007, p. 84) destaca que no tipo de pesquisa descritiva não há a interferência do pesquisador, “isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”.

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. (GIL, 2009. p 42).

Na realização da pesquisa, foi necessária a utilização de fontes primárias, visto que os dados e informações encontram-se contidos nos documentos cartográficos; e também fontes secundárias devido à coleta de informações do determinado assunto pautado estarem em livros e artigos.

Lakatos (2003, p. 159) assim conceitua:

**Fontes Primárias** - dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc.  
**Fontes Secundárias** - imprensa em geral e obras literárias.

Por tanto, neste trabalho entende-se que os documentos cartográficos do acervo do professor Jean Hébette, são fontes primárias, pelo fato de possuírem dados específicos que ajudam o usuário a iniciar uma pesquisa, e além do mais, é o principal objeto de estudo.

As fontes secundárias são os artigos e livros escritos pelo próprio produtor do acervo, o professor Jean Hébette, ao longo de seu trabalho como docente produziu várias obras bibliográficas que foram utilizadas dando rumo a suas pesquisas.

A pesquisa bibliográfica definida por Barros et al (2007. p 85) “é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”

O estudo foi composto na maior parte, por observação direta no material estudado e pela análise das obras produzidas por Jean Hébette, como o livro *Cruzando Fronteira: 30 anos de Estudo do Campesinato na Amazônia*, onde Hébette utiliza de seus mapas para delinear e estudar o comportamento do homem do campo na formação do território amazônico. Ainda como material bibliográfico foi utilizado livros que abordam a cartografia como fonte de pesquisa, e artigos, teses e dissertações encontradas nas bases de dados selecionados a partir do assunto proposto nesse trabalho.

Como instrumento para coleta de dados utilizou-se a observação direta e assistemática com entrevista semiestruturada e análise documental, a fim de se obter uma melhor apreciação do conteúdo apresentado no trabalho. Segundo Lakatos (2003, p 190) observação é: "Uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar".

A autora complementa que a observação assistemática

[...] consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer

perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados (p. 192).

Tendo como base a autora, portanto a observação permite conhecer o objeto estudado por meio de técnicas de observação estruturada, planejada, este instrumento permite melhor aproveitamento e exatidão da pesquisa onde o pesquisador sabe precisamente o que procura em determinada situação.

### 3.1. NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGROPECUÁRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL - NCADR DA UFPA

O NCADR foi aprovado pelo CONSUN no dia 09 de outubro de 2007. A estrutura acadêmico-administrativa foi instituída pela Portaria Nº 942 de 19 de março de 2008, publicada na folha 11 da Seção 1 no D.O.U. Nº 55 no dia 20 de março de 2008.

O NCADR sucedeu o Centro Agropecuário (CA) em decorrência das mudanças regimentais ocorridas na UFPA, a partir de 2007. O antigo Centro Agropecuário iniciou suas atividades em 1991 com o curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Ambiental (DAZ), sediado no NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) e com o curso de Mestrado em Ciência Animal e a criação da CEBRAN (Central de Biotecnologia da Reprodução Animal), ambos ligados ao antigo Centro de Biologia.

Em 1994 foi formalizado dentro da instituição enquanto Unidade Acadêmico-administrativa sendo constituído por duas subunidades com característica de núcleos de integração: O Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) e o Núcleo de Estudos em Ciência Animal (NECAN). Essas duas subunidades deram origem aos dois Programas de Pós-Graduação (PPGAA e PPGCAN) sob a responsabilidade do NCADR.

Atualmente o NCADR oferece dois Programas de Pós-Graduação com três cursos *Stricto sensu* (Mestrado em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Mestrado e Doutorado em Ciência Animal) e dois cursos *Lato sensu* (Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental e Extensão Rural, Sistemas Agrários e Ações de Desenvolvimento).

Assim, a realização deste estudo teve como foco principal o acervo cartográfico do professor Jean Hébette, que foi cedido por ele para os cuidados do NCADR, que reservou uma sala exclusiva para esses materiais.

### 3.1.2. IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO PROFESSOR JEAN HÉBETTE

Os documentos, produzidos e acumulados pelo Professor Jean Hébette foram transferidos de outro ambiente (hoje sendo auditório), e estão depositados em uma sala de (11m<sup>2</sup>) no NCADR, onde aguardam tratamento adequado, o ambiente possui controle de temperatura, mas não de umidade relativa forçando a abertura da sala esporadicamente.

Os documentos textuais estão acondicionados em pastas suspensas, pastas A-Z, caixas de papelão, pastas de polionda, uns identificados, outros com identificação incompleta e muitos sem identificação, armazenados em cinco arquivos e quatro armários de aço.

O principal acervo abordado pela pesquisa que são os documentos cartográficos (mapas e plantas) estavam em rolos, alguns com proteção outros não, dentro de um balde plástico, em estado físico sofrível, esses foram enviados temporariamente para o Arquivo Central para que fossem feitos procedimentos arquivístico entre arranjo, descrição e preservação. O espaço físico é insuficiente e inadequado para o armazenamento e tratamento do acervo como observado nas imagens abaixo.

Figura 1 - acervo Jean Hébette.



Fonte: Angela Vanete (2015).

Figura 2 - acervo cartográfico Jean Hébette.



Fonte: Angela Vanete (2015).

Para um melhor entendimento na identificação e formação do acervo do professor Jean Hébette, faz-se necessário conhecer um pouco de sua trajetória ao longo desses anos.

Nascido em 15 de fevereiro de 1925, em Winenne na Bélgica, onde ali cresceu e viveu parte de sua juventude, tornou-se religioso na década de 40,

formado em filosofia e teologia na cidade de Velaine também na Bélgica, se especializou em doutorado em teologia na França na década de 50.

Considerado um poliglota pelas diversas línguas que dominava, entre elas, o português, Hébette viajou pelo mundo conhecendo vários países enquanto religioso. Chegou ao Brasil no final da década de 60, em Belém ingressa no curso de Bacharelado em Economia pela UFPA e em 1973 inicia sua especialização em Desenvolvimento Regional pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) e Programa Internacional de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM) na UFPA.

A partir de seu ingresso no (FIPAM/NAEA) Hébette inicia seu fascínio pelas pesquisas de ocupação do território amazônico, sendo seu foco principal o campesinato. Dando início à formação e acumulação de seu acervo que constam além dos documentos cartográficos, correspondências, periódicos, livros, escrituras, artigos científicos de apoio, relatórios, prestação de contas, eventos, curriculum vitae de professores, atas de reuniões, anotações, projetos de pesquisa, fotografias entre outros.

Já no início da década de 80, Hébette junto com outros pesquisadores começam a apoiar a luta camponesa pela terra na região de Marabá, sendo o impulso inicial para a criação do programa (CAT) Centro Agroambiental de Tocantins. Onde em 1988 se concretiza com a aprovação do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) pela Resolução nº 1677, tendo Hébette como seu coordenador.

O programa CAT foi uma parceria entre Sindicatos de Trabalhadores Rurais e UFPA, tinha como objetivo principal dá apoio aos trabalhadores rurais frente à mazela que esses eram tratados pelo governo daquela época.

Em 1991 se dá o início das obras arquitetônicas da sede do CAT e da Fundação Agrária e o Laboratório de Pesquisa na região da transamazônica em Marabá, equivalente aos desenhos encontrados nas plantas pertencentes ao acervo de Jean Hébette.

### 3.1.2.1 O ACERVO CARTOGRÁFICO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS OBSERVAÇÕES.

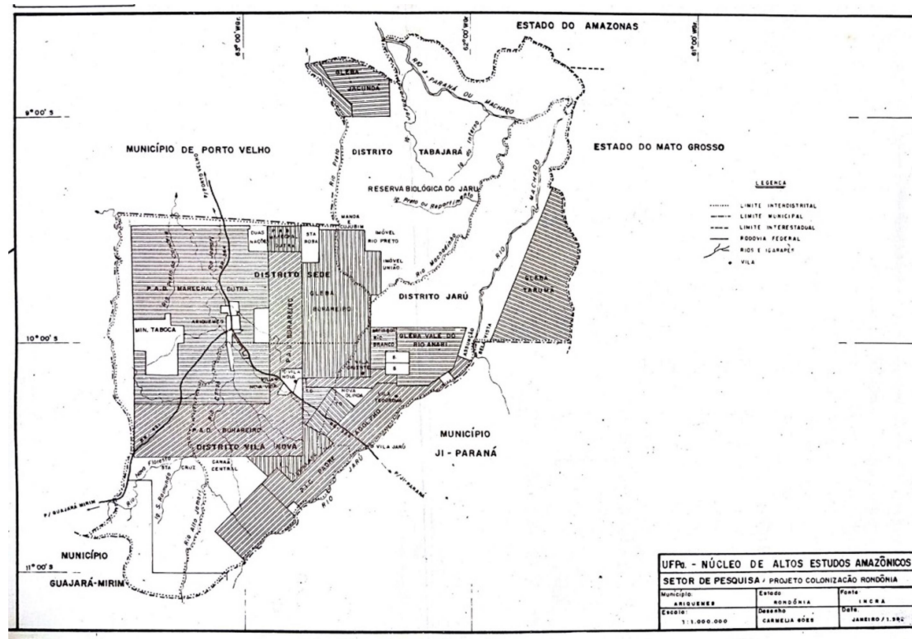
A acumulação do acervo cartográfico do professor Jean Hébette teve a influência principalmente de suas obras bibliográficas, as quais Hébette retratava o contexto do engajamento das investidas e implantação de políticas públicas para Amazônia, é importante frisar que Jean Hébette não produzia os documentos cartográficos, ele acumulou devido à importância que tinham para a produção e desenvolvimento de seus trabalhos.

Os documentos cartográficos datados dessa época serviram como instrumentos de observação e apoio a suas pesquisas. As análises tanto quantitativas quanto as delineações de fronteiras e territórios observados em seus mapas formavam a base de suas afirmações.

Em um de seus relatórios em coautoria com outros pesquisadores Hébette (1982) retratava a violência ocorrida em territórios de ocupação ilegal de terras nas margens da estrada da transamazônica, Belém- Brasília e a Pa150. O município de Ariquemes, em Rondônia, também foi muito retratado nos mapas por ele estudado, com a intitulação projeto colonização Rondônia.

A má distribuição de terras e a violência feita na paisagem desses locais por partes de posseiros ilegais eram relatos constantes de Hébette, como podemos observar em dois dos mapas de seu acervo ilustrado nas imagens abaixo.

Figura 3 - Projeto Colonização Rondônia Município de Ariquemes.



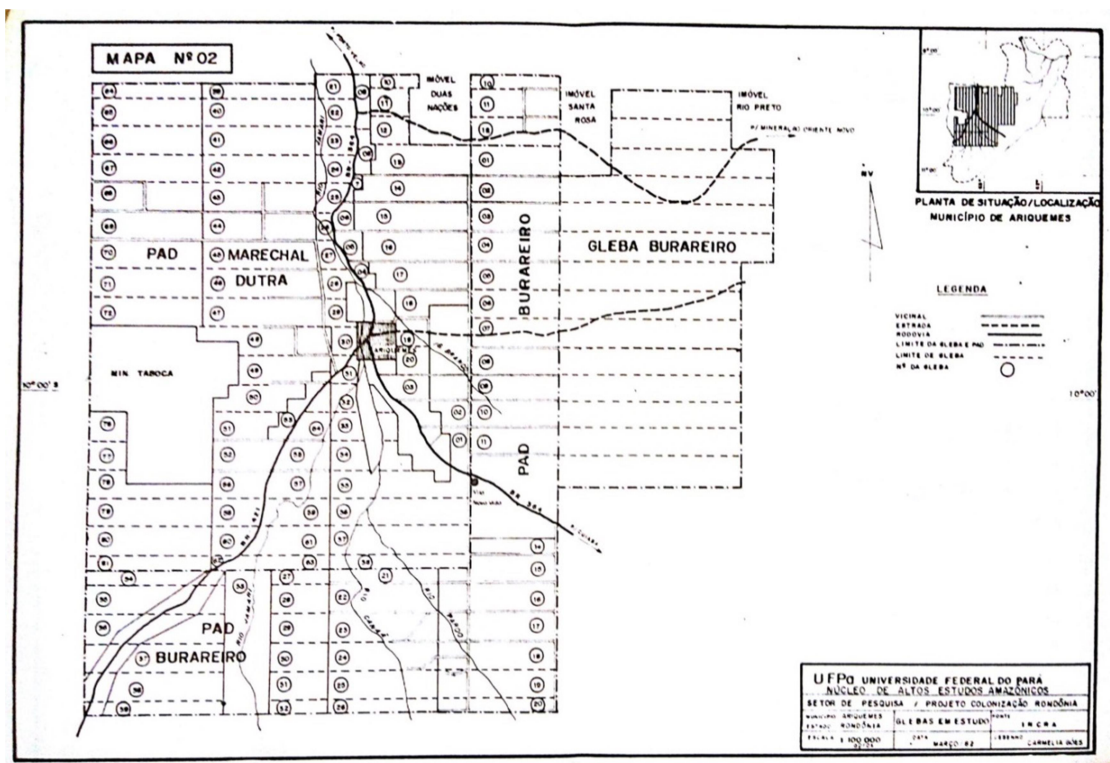
Fonte: Jean Hébette (1982).

Para Hébette et al (1998, p. 10) o mapa demarca:

[...] da entrada pela BR 364, em proveniência de Porto Velho, até à saída, em Jaru, rumo a Cuiabá, ao longo de uma rodovia inacabada, e por tanto ainda muito irregular, indefinida, caótica, o viajante observa, à direita e à esquerda, de distância em distância regular, independente quase dos acidentes naturais – rios, morros, vales – vias de penetração frequentemente anunciadas pela numeração de uma gleba.

Percebe-se que a maior parte do mapa são áreas demarcadas, a qual, Hébette relata a violência causada segundo ele por “mini- demiurgos”. Essas áreas muitas vezes eram invadidas ou distribuídas de forma desigual como observado na próxima imagem.

Figura 4 - Localização Município de Ariquemes.



Fonte: Jean Hébette (1982).

[...] identificam faixas onde as roças se formam antes da chegada do demiurgo ou fugindo de sua vigilância; são por isso chamadas “áreas de invasão” e seus donos “invasores”, pois não entraram a chamado (HÉBETTE 1982, p. 11).

Para Létourneau (2011, p.171) “o mapa também reflete preocupações, motivações, habilidades, técnica de quem o concebeu, os fins que este tem em

mente e seus conhecimentos”. Portanto, a importância que os mapas tinham na prática de campo desenvolvida ao longo das pesquisas de Hébette foram de vital importância na formação e desenvolvimento de seus trabalhos escritos.

### 3.2. ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES

Inicialmente para conhecer os documentos cartográficos pertencentes ao acervo do professor Jean Hébette foi feita duas identificações: a primeira consistia em verificar quais tipos de documentos formavam o acervo e a segunda em qual período de tempo esses eram datados.

Feito a identificação, constatou-se que o acervo cartográfico era formado por mapas e plantas e seus períodos eram equivalentes ao de pesquisas do professor Jean Hébette, datados do início da década de 70 até o ano de 2001.

Logo após, foram separados os mapas das plantas e colocados cronologicamente cada um por ano pertencente, verificado a existência de 138 mapas e 13 plantas, conforme distribuídos nos quadros abaixo:

**Quadro 2 - Distribuição dos Mapas.**

MAPAS	
ANO	QUANTIDADE
Sem data	42
[1970]	03
1972	01
1973	31
1974	01
1977	01
1981	06
1982	03
1983	04
1984	02
1985	01
1986	01
1987	03
1988	04
1989	07
1990	08
1991	04
1992	07
1993	02
1994	01

1998	02
1999	01
2001	01
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>

Fonte: Autor da pesquisa (2016).

De acordo com o quadro 1, foram primeiramente selecionados os mapas sem datas que somam 42 no total, em seguida os que possivelmente pertencem ao ano de 1970 (por conta de algum documento datado dessa época que mantém algum tipo de relação com esses). E seguindo, os anos subsequentes, onde é possível observar que não foram encontrados mapas dos anos de 1971, 75, 76, 80, 95, 96, 97 e 2000, o motivo era que algumas pesquisas de Hébette duravam mais de um ano para serem concluídas.

### **Quadro 3 - Distribuição das Plantas.**

PLANTAS	
ANO	QUANTIDADE
1990	07
1992	03
1993	02
1996	01
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: Autor da pesquisa (2016).

Já no quadro 2, é possível notar que as plantas são formadas nos anos 90, isso porque como já mencionado anteriormente, se inicia a construção do conjunto arquitetônico da sede do CAT em Marabá- PA.

Com base nesses dados apresentados percebe-se que os mapas equivalem a cerca de 90% do acervo cartográfico acumulado pelo professor Jean Hébette.

Após o processo de análise e separação do material por tipo e ano, inicia o conhecimento do conteúdo dos documentos por meio de leitura dos mapas e plantas e preenchimento da ficha de informação de documentos (ver anexo A).

Cada documento requer uma ficha, que possa reunir informações básicas para descrição arquivística como: o tipo documental, o título, data, produtor, desenho, dimensões e escalas, folhas e cópias, estado de conservação se caso necessite de reparos no material.

A ficha possui um espaço (outros dados) destinado para ser preenchida com observações e levantamentos de dados de georreferenciamento de lotes, pontos de

referência da área, localização de rios e coordenadas que possam contribuir na elaboração da descrição e identificação dos documentos analisados.

No espaço do código é inserida a identificação de cada documento formado pelo código do país, código da entidade custodiadora, código indicativo do fundo e o código da unidade de descrição, essas regras são impostas pela NOBRADE.

Um fato relevante nesse tipo de processo foi a utilização da NOBRADE, como observado no decorrer do trabalho até certo tempo se utilizavam métodos de catalogação e descrição que para alguns autores era de uso duvidoso.

A NOBRADE utiliza descrição multinível assim como a ISAD (G), vai do geral para o particular e não possui repetição de informação, para a descrição documental como o da pesquisa tratada nesse trabalho que não visa sistemas de descrição automatizados, a norma é fundamental.

Os documentos foram arranjados pelo código de referência da unidade de descrição, a notação do documento consiste no código do país, no caso do Brasil (BR) e código da unidade custodiadora sendo esse solicitado ao Arquivo Nacional.

Nesse caso a unidade custodiadora é a UFPA sendo seu código (PAUFPA), no caso dos documentos cartográficos do professor Jean Hébette que foram descritos pelo Arquivo Central da UFPA utilizou-se indicativos por fundos sendo (fundo 17, Jean Hébette) e uma numeração correspondente a cada item documental (mapas e plantas). Um exemplo e o mapa nº 1 sua notação é BR PAUFPA 01. 17. 001, sendo o 001 o primeiro item documental descrito desse fundo (ver anexo B).

Na análise dos documentos levaram-se em consideração como critério inicial as legendas e elementos que mais se encontravam neles, observou-se que no processo de descrição a leitura e o conhecimento do material analisado torna-se uma fase imprescindível, pois é a etapa em que formará o contexto descritivo do documento cartográfico, desse modo foi necessário bastante habilidade e atenção por parte da equipe para evitar a utilização de termos que não pertencesse ao documento que estava sendo descrito.

Figura 5 - Preenchimento da ficha de informações dos documentos.



Fonte: autor da pesquisa (2016).

Na etapa seguinte, é preenchida a listagem descritiva com base na ficha de informação (ver anexo B).

No espaço (conteúdo) é colocada toda a informação retirada dos documentos, o código de identificação em (notação), e os anos em (data-limite) seguindo uma ordem cronológica.

Feito isso o documento cartográfico descrito é envolvido em um papel vegetal nas duas pontas para não danificar as bordas, e colocado uma notação escrita com lápis 6B (pelo fato de possuir grafite mole e traço mais escuro ideal para uso em documentos permanentes), em letras grandes para facilitar a visualização.

Figura 6 - Notação com código de identificação da unidade descrita.



Fonte: Autor da pesquisa (2016).

Essa notação consiste no código de identificação já mencionado anteriormente, em seguida os documentos são amarrados de cinco em cinco, com um cordão de algodão para facilitar o posicionamento na vertical dentro da caixa, que possui uma ficha de identificação com a notação do primeiro e último mapa armazenado nela.

Figura 7 - - Ficha de identificação da caixa.

UFPA		ARQUIVO CENTRAL
GRUPO: NCADR		
SUB-GRUPO: ACERVO PROF. JEAN HEBETTE		
CÓDIGO: BR PA UFPA 01.17.001-079		
CAIXA:	PASTA:	DOC.:
ANOS: SEM DATA / 1970 - 1977		
OBS: MAPAS		

Fonte: Autor da pesquisa (2016).

Figura 8 - caixa de armazenamento dos documentos cartográficos.



Fonte: Autor da pesquisa (2016).

O processo de armazenamento dos documentos é realizado gradativamente, porém, segundo a encarregada do setor de Arquivos Permanentes, o procedimento

ainda não está de forma adequada, devido à falta de material apropriado como: mapotecas e tubos para guarda de mapas e plantas.

Pode-se observar que em todo o processo visto até agora, não se menciona o tipo de instrumento de pesquisa que irá se adotar muito menos a utilização de uma base de dados para buscas por termos indexados.

Segundo a encarregada pelo processo de arranjo e descrição desses materiais, a divulgação dessa descrição será por meio do Site Oficial do Arquivo Central da UFPA, e inicialmente será disponibilizada para visualização apenas a listagem descritiva (ver anexo B), e com relação a sistemas de buscas o Arquivo Central ainda não possui.

A descrição completa com base na NOBRADE só poderá ser postada ao fim da descrição de todo o acervo bibliográfico do professor Jean Hébette que contém cerca de 5 metros lineares de documentação acumulada.

O instrumento de pesquisa a ser divulgado no Site do Arquivo Central ainda não foi definido, segundo a Arquivista poderá ser um catálogo ou um inventário. Além disso, seguindo sugestões do professor Gutemberg Guerra, que ficou responsável por cuidar do acervo do professor Jean Hébette, há possibilidade de uma exposição dos mapas e plantas e a publicação de artigos relacionados ao material tratado.

Em relação ao processo de descrição dos documentos cartográficos acumulados pelo professor Jean Hébette, verificamos algumas situações/problemas principalmente no modo de acesso dos documentos, concernentes a identificação, guarda e conservação desses materiais.

Vimos anteriormente que a notação com a identificação do código do documento é anotada no papel vegetal que foi enrolado nas duas extremidades do documento cartográfico (ver figura 6).

No caso de um pesquisador usuário necessitar consultar tal documento será obrigado a retirar esse papel para visualizar sua informação, haja vista que esse papel vegetal dificilmente poderá ser reutilizado pelo motivo do material ser frágil, rasgando e amassando muito facilmente.

Sendo assim, pode ocorrer a perda da informação ou até mesmo misturar os códigos caso o pesquisador esteja consultando mais de um documento, além disso, o arquivista ou o encarregado pela guarda da documentação gastará mais papel a

cada vez que esses forem removidos para consulta, sem contar que o armazenamento está de forma improvisada e inadequada.

Outro ponto a ser observado foi a demora na atualização do Site Oficial do Arquivo Central, onde será disponibilizado a listagem descritiva desses materiais e o instrumento de pesquisa que ainda será elaborado, pôde-se observar que não existe uma aba específica informando ao usuário do Site as descrições já feitas pelo Arquivo Central, sendo que o fundo do professor Jean Hébette é o de número 17, provavelmente outros fundos já foram descritos e não estão sendo divulgados no Site.

Não podemos deixar de mencionar que em todo o processo descrito no presente trabalho, com base nas observações do processo de descrição feito no acervo cartográfico do professor Jean Hébette, a NOBRADE só foi utilizada para um único elemento de descrição que foi a área de descrição com o código de referência.

Podemos concluir que houve um processo de seleção, identificação e leitura nos documentos cartográficos, que serviram para serem retirados elementos que formaram o contexto descritivo que foi inserido na listagem descritiva do acervo, porém deixou a desejar em relação às recomendações indicadas na NOBRADE.

Além disso, a listagem descritiva que se encontra no Anexo B deste trabalho deveria ser nomeada como “inventário sumário”, pois a estrutura nos remete a este instrumento, entretanto utilizaremos no próximo tópico pra exemplificar como se utilizaria a NOBRADE para descrever os documentos do acervo cartográfico acumulado pelo professor Jean Hébette.

### 3.3 A DESCRIÇÃO CARTOGRÁFICA DO ACERVO JEAN HÉBETTE SOBRE A PERSPECTIVA DA NOBRADE

Com base na NOBRADE descreveremos o acervo cartográfico acumulado pelo professor Jean Hébette, primeiramente em nível de dossiê (4), em seguida selecionaremos um mapa entre os documentos para ser descrito nível de item (5) para exemplificar a utilização das oito áreas e principalmente os elementos obrigatórios de descrição impostos pela NOBRADE: “Código de referência; título, data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1)”. (CONARQ, 2006, p.19).

A NOBRADE (CONARQ, 2006, p.18) prevê a existência de oito áreas que são:

- (1) **Área de identificação**, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
- (2) **Área de contextualização**, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;
- (3) **Área de conteúdo e estrutura**, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
- (4) **Área de condições de acesso e uso**, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;
- (5) **Área de fontes relacionadas**, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;
- (6) **Área de notas**, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
- (7) **Área de controle da descrição**, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;
- (8) **Área de pontos de acesso e descrição de assuntos**, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição. (Grifo nosso).

O exemplo de descrição que iremos mostrar no quadro abaixo se deu em nível de dossiê primeiramente por serem os únicos documentos do fundo Jean Hébette identificados no momento, e depois por fazerem parte de “unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto)” (CONARQ, 2006, p.15).

## NÍVEL DOSSIÊ

**Quadro 4 - Descrição nível dossiê dos documentos cartográficos.**

<b>1 Área de identificação</b>	
1.1 Código de referência	BR PAUFPA JH
1.2 Título	Acervo Cartográfico
1.3 Data	Sd: [1970-1973] - 1996
1.4 Nível de descrição	(4) dossiê
1.5 Dimensão e suporte	151 unidades documentais entre mapas e plantas arquitetônicas.

<b>2 Área de contextualização</b>	
2.1 Nomes dos produtores	Centro Agroambiental de Tocantins (CAT), FATA, GETAT, Hébette, Jean, IBGE, IDESP, INCRA, LASAT, Núcleo de Ciência Agropecuária e Desenvolvimento Rural (NCADR), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).
2.2 História administrativa/ Biografia	<p>Jean Hébette é um dos cinco filhos de Victor Leon e Maria Joseph Rochette, nasceu em 15 de fevereiro de 1925 na Bélgica na pacata cidade de Winenne cerca de 160 km da capital Bruxelas. Ali cresceu e viveu sua vida simples que seu pai oferecia sendo funcionário da receita federal de seu país.</p> <p>Na adolescência Jean Hébette mostrava seu interesse pela religiosidade, e aos 17 anos entra para congregação religiosa Ordem dos Oblatos de Maria Imaculada, que tinha como missão a dedicação por inteiro à educação de crianças e jovens, além de evangelizar, após seis anos Jean Hébette torna-se sacerdote.</p> <p>Entre os anos de (1943-1949) Hébette conclui duas graduações a primeira em filosofia e a segunda em teologia na própria congregação que se tornou sacerdote.</p> <p>Jean Hébette viajou para vários países entre eles a França onde concluiu o curso superior de Pastoral Catequética em 1955. Sua chegada ao Brasil se dá em 1967, inicialmente pelo Rio de Janeiro, seguindo para Belém-Pa onde inicia a graduação de economia formando-se em 1970 o mesmo ano em que começa sua especialização em Desenvolvimento Regional ofertado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônico (NAEA/UFGPA).</p> <p>No período em que passou vinculado ao NAEA produziu varias obras que retratavam o cotidiano da vida social dos camponeses na Amazônia, tornando-se respeitado e</p>

	<p>premiado nacionalmente e internacional.</p> <p>Na década de 80 Jean Hébette foca suas pesquisas no sudeste do Pará trazendo temas contemporâneos como ciência e tecnologia, abordando a complexidade dos grandes projetos de produção de energia que acontecia naquele momento e afetava os fatores sociais com relação à pobreza e mazelas das vidas dos colonos e dos índios daquela região e as transformações causadas na natureza entre outros fatores.</p> <p>Nessa época Jean Hébette cria o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), o qual é coordenador, também o Laboratório Sócioagronômico do Tocantins (LASAT) e contribuiu para o fortalecimento da Escola Familiar Agrícola (EFA), espaços relevantes para a organização política dos camponeses e à formação de um pensamento crítico engajado.</p> <p>Jean Hébette viveu quase meio século na Amazônia, retornou a seu país de origem por motivos de doenças, faleceu em 11 de Novembro de 2016, deixando um legado de pensamentos e reflexões construído ao longo de sua trajetória como pesquisador.</p>
2.3 História arquivística	<p>O início da formação e acumulação do acervo cartográfico do professor Jean Hébette se dá a partir de seu ingresso no curso de especialização em Desenvolvimento Regional.</p> <p>Esse foi o ponto de partida para o desenvolvimento de várias pesquisas relacionado ao território Amazônico, suas obras bibliográficas produzidas ao longo dos anos que passou na Amazônia foram fortes influências para a acumulação dos mapas e plantas pertencentes a seu acervo cartográfico, isso porque os documentos serviam como objeto de leitura e análise de suas pesquisas.</p>
2.4 Procedência	Acumulados enquanto Hébette era pesquisador do NAEA

	e coordenador do CAT nas décadas de 70 até final dos anos 90, por serem um suporte de fácil leitura naquela época foram utilizados para a compreensão do espaço geográfico, contribuindo para as pesquisas feitas por ele.
<b>3 Área de conteúdo e estrutura</b>	
3.1 Âmbito e conteúdo	<p>Os documentos cartográficos se referem ao período em que o professor Jean Hébette esteve fazendo suas pesquisas nas regiões que abrangem o estado do Pará, Tocantins, Roraima e Amazonas.</p> <p>Os territórios delineados nos mapas mostram na maior parte das vezes a desigualdade nas divisões de terras, alguns mapas demarcam números de mortes por conflitos agrários por região.</p> <p>Os mapas entre (1976-1982) referem-se principalmente a colonização dos territórios amazônicos, suas fronteiras, índices quantitativos sociais e até o índice de saúde por região.</p> <p>As plantas arquitetônicas referem-se ao projeto arquitetônico do CAT, construído nas margens da transamazônica no sentido Marabá-Itupiranga.</p>
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	Documentos permanentes.
3.3 Incorporações	Não há previsão de novas incorporações.
3.4 Sistema de arranjo	Arranjado cronologicamente por item documental.
<b>4 Área de condições de acesso e uso</b>	
4.1 Condições de acesso	Sem restrições de acesso
4.2 Condições de reprodução	Permitido retirar fotografia com máquina sem flash
4.3 Idioma	Português, francês e inglês.
4.4 Características físicas e requisitos	Documentos impressos em dimensões grandes, alguns apresentam pouca nitidez nas letras.

técnicos	
4.5 Instrumento de pesquisa	Catálogo/inventário em elaboração.
<b>5 Área de fontes relacionadas</b>	
5.1 Existência e localização dos originais	Núcleo de Ciência Agropecuária e Desenvolvimento Rural (NCADR)
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	<p>HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. E. <b>O estado e a reprodução social</b>: Ariquemes - Rondônia. Belém: ANPEC/PNPE, 1982. 73 p.</p> <p>HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R. da S. <b>CAT- ano decimo</b>: Etnografia de uma utopia. Belém: UFPA, CAT, 2000. 299 p.</p> <p>HÉBETTE, J. <b>Cruzando a fronteira</b>: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. 4 v.</p> <p>HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. <b>Colonização para que?</b>. Belém, UFPA./NAEA, 1979. 173p.</p> <p>GUERRA, G. A. D. O lavrador e posseiro da ciência: uma publicação sobre as complexas relações entre informação, conhecimento e desenvolvimento no Brasil atual. <b>Cadernos de Ciência &amp; tecnologia</b>, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 217-228, jan/dez. 2007.</p>
<b>6 Área de notas</b>	
6.1 Notas sobre conservação	A maior parte da documentação encontra-se em bom estado de conservação.
6.2 Notas Gerais	
<b>7 Área de controle da descrição</b>	
7.1 Nota do arquivista	2016: organização Rísia Conceição Silva Lira.

7.2 Datas das descrições	Julho – outubro 2016: conferência: Rísia Conceição Silva Lira.
7.3 Regras e convenções	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). <b>NOBRADE</b> : Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: < <a href="http://www.arquivonacional.gov.br/">http://www.arquivonacional.gov.br/</a> >. Acesso em: 12 dez. 2016. E para elaboração da história administrativa e arquivística foram utilizadas as referências bibliográficas do elemento de descrição das notas sobre publicação.
<b>8 Áreas de pontos de acesso e indexação de assuntos</b>	
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Cartografia, mapas, plantas, desenvolvimento rural, fronteiras, Jean Hébette, ocupação da Amazônia, colonização, assentamentos.

Fonte: Autor da pesquisa (2016).

O exemplo da descrição do quadro a cima englobou todas as áreas existentes na NOBRADE, apesar da descrição ser em nível de dossiê nesse exemplo foram incluídos os principais elementos que se encontram em nível de fundo.

A área de identificação onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição trouxe como primeiro elemento da área, o código de identificação já mencionado anteriormente como se deu sua formação, no elemento data os anos de 1970-1973 foram colocados em colchetes simbolizando a possível relação dos mapas sem data com esses anos, além do título que segundo a NOBRADE (2006, p.22) nos níveis de descrições 4 e 5 (dossiê/processo e item documental), o título pode incluir tipologia, indicação de responsabilidade (como autor, destinatário, emissor, requerente, etc.) e assunto.

Os elementos história administrativa, história arquivística, e procedência que contempla a área contextualização, foram retiradas as informações das principais obras bibliográficas de Hébette e relatos de quem conhecia sua vida com fontes seguras que já foram abordadas em tópicos anteriores desse trabalho.

Na área de conteúdo e estrutura que aborda as informações e sobre os assuntos e a organização da unidade de descrição, o conhecimento do conteúdo dos documentos se deu por leitura dos mesmos, e a associação com os relatórios

publicados por Hébette em seus livros, que foram inseridos os principais que se utilizaram no conhecimento do contexto, no elemento nota sobre publicações na área fontes relacionadas “onde se registra informação sobre outras fontes com importante relação com a unidade de descrição.” (CONARQ, 2006, p. 18).

A área de condição de acesso e uso se deu por intermédio das informações prestadas pela encarregada do Setor de Arquivos Permanentes onde se iniciou o tratamento de descrição arquivística dos documentos cartográficos.

A área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se “registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição”. (CONARQ, 2006, p.18), os termos utilizados para indexar palavras e criar um vocabulário controlado com vista na recuperação da informação foram retirados do contexto do assunto que relacionam os documentos.

No próximo exemplo apresenta-se a descrição nível item com base na NOBRADE, para uma melhor compreensão utilizaremos o mapa Projeto Colonização Rondônia Município de Ariquemes inserido no tópico 3.1.2.1 deste trabalho (ver figura 3).

## NÍVEL ITEM

### Quadro 5 - Descrição nível item.

<b>1 Área de identificação</b>	
1.1 Código de referência	BR PAUFPA 01.17.087
1.2 Título	Ariquemes/ Rondônia- Projeto colonização Rondônia.
1.3 Data	Janeiro -1982
1.4 Nível de descrição	(5) Item
1.5 Dimensão e suporte	1 Mapa e 5 cópias = 6 itens p&b 35 x 49 cm. Escala numérica: 1:1000.000
<b>2 Área de contextualização</b>	
2.1 Nomes dos produtores	Desenho: Carmelia Góes, NAEA/UFPA. Colaborador: INCRA

2.2 História administrativa	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	
<b>3 Área de conteúdo e estrutura</b>	
3.1 Âmbito e conteúdo	<p>Locais identificados, da esquerda pra direita:  Estado Mato Grosso, município JI- Paraná, gleba turumã, distrito jurú, gleba vale do rio anani, gleba burareiro, distrito tabajará, reserva biológica do jurú,</p> <p>Locais identificados, da direita pra esquerda:  Município Guajará-Mirim, município de porto velho, distrito sede, marechal Dutra, Ariquemes, P.A.D Burareiro, distrito vila nova, Canaã central.</p> <p>Estradas e rodovias identificadas:  BR 421, BR 364.</p>
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	Documento permanente
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	Organizado cronológico e numericamente por item
<b>4 Área de condições de acesso e uso</b>	
4.1 Condições de acesso	Sem restrições
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	Português
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumento de pesquisa	

<b>5 Área de fontes relacionadas</b>	
5.1 Existência e localização dos originais	Núcleo de Ciência Agropecuária e Desenvolvimento Rural (NCADR)
5.2 Existência e localização de cópias	Possui 5 cópias (NCADR)
5.3 Unidades de descrição relacionadas	BR PAUFPA 01.17.086 BR PAUFPA 01.17.088
5.4 Nota sobre publicação	HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. E. <b>O estado e a reprodução social</b> : Ariquemes - Rondônia. Belém: ANPEC/PNPE, 1982. 73 p.
<b>6 Área de notas</b>	
6.1 Notas sobre conservação	Documento em bom estado de conservação.
6.2 Notas Gerais	
<b>7 Área de controle da descrição</b>	
7.1 Nota do arquivista	
7.2 Datas das descrições	
7.3 Regras e convenções	
<b>8 Áreas de pontos de acesso e indexação de assuntos</b>	
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Ariquemes, Rondônia, Projeto colonização Rondônia, estradas BR,

Fonte: Autor da pesquisa (2016).

Na descrição mostrada no quadro a cima, foi preenchida (com base na listagem descritiva do acervo que se encontra no anexo b) os campos da NOBRADE que se relacionavam diretamente ao item que foi descrito, na área de identificação o código inserido é a notação atribuída ao documento e no elemento dimensão e suporte a escala numérica foi colocada por ser uma informação específica desse tipo de material.

Na área de conteúdo e estrutura foi utilizado o contexto geográfico encontrado no documento, uma informação importante que ajuda o “usuário identificar se a unidade de descrição contém ou não informações relevantes para sua pesquisa” (CONARQ, 2006, p.39).

Na área de fontes relacionadas o elemento unidades de descrição relacionadas foi preenchido com duas notações de outros documentos que mantem relações de assunto ou de proveniência com o item descrito.

Buscou-se com esses exemplos de descrição do acervo cartográfico acumulados pelo professor Jean Hébertte, mostrar as possibilidades oferecidas pela NOBRADE para fazer a descrição de qualquer conjunto documental, de forma que os procedimentos metodológicos sejam utilizados com intuito de contribuir ao acesso à informação de forma clara e consistente.

### 3.4 SUGESTÕES

Recomendam-se, como sugestões alguns apontamentos com relação: a conservação, uso e disseminação do acervo cartográfico acumulado pelo professor Jean Hébertte.

Para a conservação da qualidade de documentos importantes e históricos, como os que compõem o acervo do professor Jean Hébertte no mínimo eles devem ser armazenados em local próprio adequado para o processo de conservação e guarda desses documentos.

De acordo com o que foi observado na pesquisa, já foi mencionado que o NCADR que é o custodiador do acervo de Jean Hébertte não possui materiais adequados para guarda e conservação desses documentos.

Sugerimos a utilização de materiais de baixo custo que possam ser adaptados para tais funções entre conservação e guarda, como por exemplo: tubos de esgoto de PVC de 50 mm e capa do mesmo tamanho do tubo para lacrar as bordas, esse material pode ser visualizado na imagem abaixo.

Figura 9 - Tubo PVC de 50 mm e capa para lacrar as bordas.



Fonte: C&C Tigre (2016).

O tubo possui seis metros de comprimento que pode ser cortado na medida de cada documento, a maioria dos mapas e plantas do acervo cartográfico de Jean Hébertte possui entre 0,85 a 1 metro de comprimento (ver anexo B). Esse tipo de armazenamento além de ser barato é uma forma de acabar com a utilização do papel vegetal para enrolar as pontas dos documentos causando o que já foi mencionado.

A notação com o código de identificação do documento poderá ser impressa em etiqueta adesiva e colada na capa do tubo de PVC (a que pode ser removida toda vez que o documento precisar ser consultado), e para assegurar que o código do tubo seja referente ao documento pertencente a ele, sugere-se que escreva o código atrás do documento com lápis 6B.

Com relação ao acesso da descrição dos documentos que será divulgada pelo Site Oficial do Arquivo Central, recomenda-se que seja facilitado com a criação de abas específicas que direcionem os usuários aos instrumentos de pesquisas criados para tal finalidade.

Além do mais, seria interessante a implementação e utilização do software livre ICA- AtoM pelo Arquivo Central da UFPA, que atualmente é denominado AtoM e se encontra na versão 2.3.0.

O AtoM auxiliaria na difusão dos documentos descritos pelo Arquivo Central, facilitando para o pesquisador a consulta em qualquer lugar e horário, pois o aplicativo é feito para interagir inteiramente em ambiente web, facilmente adaptável a Norma Brasileira de Descrição Arquivística- NOBRADE, já que a norma é uma adaptação baseada nas normas do ICA como a ISAD (G) e ISAA (CPF) as principais que arquitetaram esse software.

O pesquisador poderia procurar seu assunto relacionado aos documentos descritos usando direcionamentos como: localização física, data de produção, nome do produtor, tipo documental, isso tudo podendo ser adaptado as solicitações dos usuários, uma vez que, o software pode ser modificado conforme a necessidade da instituição, o AtoM por ser um sistema que auxilia na disseminação da informação possui processo de busca eficiente e eficaz, que propicia uma capacidade de auxiliar o usuário a encontrar a informação e direciona-lo ao documento específico que se deseja consultar.

Muitas instituições brasileiras, tanto publica quanto privadas já estão aderindo o AtoM como sistema de difusão de seus acervos, é o caso da Universidade Federal de Santa Maria que utilizou o software ICA- AtoM (AtoM) para a descrição, difusão e preservação de seu acervo fotográfico.

Uma experiência descrita por Daniel Flores<sup>12</sup> e Dhion Carlos Hedlund<sup>13</sup> numa parceria entre o Curso de Arquivologia da UFSM com o Departamento de Arquivo Geral e o Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Público Cultural.

O programa objetivou difundir e preservar o patrimônio cultural da UFSM utilizando um repositório digital confiável, nesse caso o ICA-AtoM. O relato dos autores sobre a experiência bem-sucedida do projeto principalmente na utilização do software associado à NOBRADE pôde comprovar que o instrumento digital de pesquisa e difusão da informação foi satisfatório.

Ao constatar a compatibilidade do ICA-AtoM com a NOBRADE, o arquivista brasileiro – ou qualquer outra pessoa que deseja promover o patrimônio documental sob sua custódia – tem em suas mãos uma ferramenta de trabalho gratuita e pautada pelas recomendações arquivísticas, sem a necessidade de desenvolver ou adquirir um software no mercado. A familiaridade com as ferramentas, adquirida ao longo das atividades práticas, proporciona rapidez na utilização e maior convicção em cada etapa a ser realizada dentro do sistema eletrônico (FLORES;HEDLUND, 2014, p 28).

Nessa perspectiva, o Arquivo Central da UFPA poderia criar uma parceria com a Faculdade de Arquivologia da UFPA para montar projetos de extensão voltado para implantação do software AtoM, auxiliando na disseminação dos fundos

---

<sup>12</sup> Docente da Universidade Federal de Santa Maria, Doutor em Documentação pela Universidade de Salamanca – Espanha.

<sup>13</sup> Arquivista, Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria.

existentes na universidade, além de contribuir com o aprendizado do aluno que participará do projeto de forma direta.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como propósito analisar e descrever o processo de descrição do acervo cartográfico acumulado pelo professor Jean Hébette e custodiado pelo NCADR da UFPA, a suposição feita a partir dos critérios utilizados na elaboração deste estudo foram guiados através da metodologia e fundamentação teórica proposta pela pesquisa.

Uma reflexão acerca sobre os benefícios desse estudo mostrou-nos a importância do acervo cartográfico como fonte de pesquisa, e para o conhecimento de novos métodos arquivístico de descrição desses materiais, possibilitando assim uma melhor disseminação da informação para os usuários.

A pesquisa revelou que o acervo cartográfico do professor Jean Hébette é constituído de mapas e plantas, que datam desde 1970 até final dos anos 90 e possui 151 unidades.

A pesquisa também revelou que o processo de descrição do acervo cartográfico foi executado pelo Setor de Arquivo Central da UFPA, porém os documentos pertencem ao Núcleo de Ciência Agropecuária e Desenvolvimento Rural da UFPA, e teve a participação dos alunos bolsistas do estágio supervisionado do Curso de Arquivologia da UFPA nos processos que compreenderam as seguintes etapas: identificação e separação dos documentos, leitura e análise do conteúdo, preenchimento das fichas com os termos retirados dos documentos, e conservação do material.

A etapa de elaboração da descrição com base nas oito áreas da NOBRADE não foi concluída, isso foi um ponto negativo em todo o processo, no entanto foi exemplificada sua elaboração com base no que já havia sido observado e colhido ao longo da pesquisa.

Como sugestão recomenda-se tornar continuo o processo de descrição seguindo os preceitos da NOBRADE, além da continuação da descrição do restante dos documentos, deve-se também procurar meios cabíveis para torna-los acessíveis ao público em questão.

De um modo geral, o processo de descrição do acervo cartográfico do professor Jean Hébette, usando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), mostrou-se como solução mais viável para o tratamento descritivo

desses materiais, ajudando o usuário/pesquisador no conhecimento do conteúdo desses documentos.

Acredita-se que este estudo contribuirá de maneira relevante para estudantes e profissionais da área de informação a fim de conhecer e ampliar as técnicas de descrição de documentos cartográficos sem a utilização de sistemas digitais.

As observações diretas foram convenientes por terem revelado o grau de importância do processo de descrição desses materiais, visto que esses documentos são fontes de informações de uma época que fez parte da história de nosso país.

As informações coletadas por meio das pesquisas bibliográficas e entrevistas semiestruturadas, forneceram importantes informações sobre vida e obra do professor Jean Hébette ao longo dos anos que permaneceu no Brasil, mais precisamente na Amazônia, e a contribuição que os mapas e plantas de seu acervo cartográfico tiveram para suas pesquisas. Pode-se notar que os instrumentos utilizados na coleta de dados foram eficazes para responder os objetivos propostos neste trabalho.

Dada à importância do tema, muito ainda precisa ser melhorado principalmente na elaboração e divulgação dos instrumentos de pesquisa, e na manutenção e atualização do site que irá hospedar essas informações para serem disseminadas para os pesquisadores.

Nesse sentido, espera-se que mesmo com algumas dificuldades em relação ao acesso dos documentos e seu armazenamento inadequado, o processo de descrição dos documentos cartográficos do acervo acumulado pelo professor Jean Hébette, possam contribuir para o conhecimento e aprimoramento das técnicas arquivísticas desse tipo de material, e que os profissionais arquivistas se envolvam cada vez mais nos procedimentos arquivístico desses documentos pouco estudados na literatura arquivística.

## 5. REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. s. Princípio da cartografia básica. Volume nº 1 (capítulo de 1-7) da série **Princípios de cartografia**. FIBGE, 1982. Disponível em: <[ftp://www.cefetes.br/Cursos/Geomatica/Adelson/Cartografia/Livro\\_de\\_Cartografia/Introdu%E7%E3o%201%20a%207%20.pdf](ftp://www.cefetes.br/Cursos/Geomatica/Adelson/Cartografia/Livro_de_Cartografia/Introdu%E7%E3o%201%20a%207%20.pdf)> Acessado em: 03 de Set de 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 11 Out. 2016

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Conarq, 2006.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

BASTOS, Z. P. S de M. **Organizações de Mapotecas**. Rio de Janeiro: BNG / Brasilart, 1978.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BRASIL. Lei n. 8152, de 8 de Janeiro de 1991 (Lei de Arquivos). Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)> Acesso em: 22 de Dez de 2016.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2ª. ed. Canberra: CIA, 2003.

\_\_\_\_\_. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **ISDF**: norma internacional para descrição de funções. Dresden: CIA, 2007.

\_\_\_\_\_. **ISDIAH**: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Londres: CIA, 2008.

CRUZ MUNDET, J. R. **La descripción**. In: Manual de archivística. 3ª. Ed. Madrid: Fundação Germán Sanchez Ruipérez, Pirâmide, 1994. P.255-296.

DUARTE, P. A. **Fundamentos de Cartografia**. 3 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. 208p.

DUARTE, Zeny. **Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda**. 3º ed. ver. e ampl. Salvador: UDFBA, 2009. 166p.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 14-33, 1992. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/11453>>. Acesso em: 27 Set. 2016.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. In: **Archivaria**, 35, 1993. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>>. Acesso em: 18 de setembro 2016.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARIA, M. D. de. A representação cartográfica no Brasil colonial na coleção da Biblioteca Nacional. **Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica dos Séculos XVI a XVIII**. 2000. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>> Acessado em: 03 de Setembro de 2016.

FILLION, C. Os tipos e os suportes de arquivo. In: **ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C.; DUCHARME, J. et. Al.** Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998. Cap. 8, p. 227-243.

Flores, D. ; Hedlund, D. C. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria-RS. **Informação & Informação**. Londrina, v. 19, n. 3, p. 86 - 106, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14892>> Acesso em: 20 de Dez de 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998. (Como fazer, 2).

GUERRA, G. A. D. O lavrador e posseiro da ciência: uma publicação sobre as complexas relações entre informação, conhecimento e desenvolvimento no Brasil atual. **Cadernos de Ciência & tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p. 217-228, jan/dez. 2007. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8646/4838>>. Acesso em: 05 out. 2016.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. 4 v.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. E. **O estado e a reprodução social: Ariquemes - Rondônia**. Belém: ANPEC/PNPE, 1982. 73 p.

HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R. da S. **CAT- ano decimo**: Etnografia de uma utopia. Belém: UFPA, CAT, 2000. 299 p.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. **Colonização para que?**. Belém, UFPA./NAEA, 1979. 173p.

HEREDIA HERRERA, A. **La descripción**. In:\_\_\_\_. Archivistica general: teoria y practica. Sevilla: Servicio de Publicaciones de laDiputación de Sevilla, 1991.

History of ICA/CDS. In International Council on Archives Committee on Descriptive Standards. [Em linha]. [Acesso em: 18 Set. 2016]. Disponível na <URL: <http://www.icacds.org.uk/eng/history.htm>>

ICA-ATOM. On-line User Manual: Glossary. Disponível em: < <https://www.icaatom.org/doc/Glossary>>. Acesso em 08 Dez./2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>; <http://7a12.ibge.gov.br/especiais/geodesia>; > acessado em: 24 de agosto de 2016.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro, 1998. 128p.

JOLY, F. **A cartografia**, Campinas, SP: Papyrus, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

LÉTOURNEAU, J. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 345 p.

LLANES PADRÓN, D. **La descripción archivística em los tempos pós-modernos**: conceptos, principios y normas. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LOPES, L. C. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 1997. 143p.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Como fazer, 6).

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia Temática**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA FILHO, J. **As três dimensões da cartografia**. Belém: GRAFISA, 1999. 170p.

NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGROPECUÁRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL - NCADR DA UFPA. **Conhecendo o Núcleo**. 2016. Disponível em: [http://www.ncadr.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1&Itemid=2](http://www.ncadr.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=2) Acesso em: 22. Set. de 2016.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: MÓBILE, 2012.

SANTOS, C. **Geografia Meio Ambiente e Sociedade**: Múltiplas interpretações do mundo contemporâneo. São Paulo, 2011.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 388p.

\_\_\_\_\_. **Documentos Públicos e Privados**: arranjo e descrição, trad. Manoel A. Wanderley, 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

\_\_\_\_\_. **Natureza das operações de arranjo**. In: Documentos públicos e privados: arranjos e descrição. 2. ed. Trad. Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: FGV, 1980b.

SILVA, H. O acesso à memória (AtoM) no município de Albergaria-a-velha. In: **ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS**, 12, 2016, Castelo Branco- Portugal. 2016. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1539>> acesso em 22 de Dez de 2016.

SILVA, M.C.S. de M. Reorganização de fundo: uma experiência de arquivo pessoal de cientista. In: SILVA, M.C.S. de M; SANTOS, P.R.E. **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. 2012. P. 89-112.

Tognoli, N. B.; Barros, T. H. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **PontodeAcesso**, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114762>> Acesso em: 04. Dez. de 2016.

VIEIRA, S. B. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. Rio de Janeiro: Temas & Idéias Editora, 2001

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA****ENTREVISTA APLICADA AOS FUNCIONÁRIOS DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS E PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE ARQUIVO DA UFPA.**

1ª Que tipos de documentos compõem o acervo do professor Jean Hébette?

2ª Como ocorreu o processo de criação da documentação cartográfica do acervo do professor Jean Hébette?

3ª Quem participou desse processo?

4ª Que tipo de documento cartográfico era utilizado nas pesquisas do professor Jean Hébette?

5ª Onde eram armazenados os documentos cartográficos do acervo do professor Jean Hébette?

6ª Que procedimentos foram utilizados para a descrição dos documentos cartográficos do acervo do professor Jean Hébette?

7ª Como está o acesso aos documentos cartográficos do acervo do professor Jean Hébette?

## **ANEXOS**

## ANEXO A - FICHA DE INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO.



1

**FICHA DE INFORMAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS****CÓDIGO:****TIPO DOCUMENTAL:****Título:****Data:****Produtor:****Desenho:****Dimensões:.****Escala: Local:****Nº páginas ( ) folhas ( )****Cópias:****Outros dados:****Estado de conservação:** Bom ( ) Regular ( ) Sofrível ( ).**Proposta/Etapas do tratamento:**

(x) limpeza mecânica ( ) desmonte ( ) reconstituição do suporte ( ) remendos  
 ( ) laminação à úmido ( ) enxertos ( ) obturação ( ) aplanamento

**Acondicionamento recomendado:** mapotecas ( ) caixas de papelão microondulado reforçado ( ) mantenedor tubular ( ).

**Justificativa do tratamento:****Órgão custodiador:** Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR**Acervo Cartográfico Professor Jean Hébette****Data do tratamento:**

## ANEXO B - LISTAGEM DESCRITIVA DO ACERVO.

CÓDIGO: BR PAUFPA 01.17.001- 138

FUNDO: ACERVO PROFESSOR JEAN HÉBETTE

GENERO DOCUMENTAL: Cartográfico – MAPAS.

DATAS-LIMITE: [sem data/1970 – 2001]

## LISTAGEM DESCRITIVA DO ACERVO

NOTAÇÃO	DATAS LIMITE	CONTEÚDO
01.17.001	[s.d.]	Rodovia Transamazônica, Pará, Tocantins. Trechos: Rio Araguaia e Trevo São Domingos, São João. Bom Jesus do Tocantins, São Pedro de Água Clara, Sampaio, Augustinópolis, Bacabal, Apinajés, São Raimundo, Araguatins, Santa Rita, Brejo Grande, Palestina, São José, Três Irmãos, Vila Metade, Belo Horizonte. (01 mapa. Dimensões: 1,00 x 1,00 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.002	[s.d.]	Área de abrangência da estação de recepção Cuiabá – Mato Grosso do Sul. Sistema Landsat de referência universal WRS. Obtido por redução fotográfica por meio do mapa da América do Sul, executado pelo Exército Americano. (01 mapa. Dimensões: 90,5 x 75,5 cm. Escala numérica: 1:10.000.000. Produtor INPE).
01.17.003	[s.d.]	Rodovia PA 70. Rondon do Pará – Bom Jesus do Tocantins – Pará. (01 mapa. Mede 1,50 x 1,50 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.004	[s.d.]	Rodovia Transamazônica BR-230. Marabá – Itupiranga – São João do Araguaia. PA – 150, Nova Ipixuna – Fazenda B. Branca (01 mapa. Dimensões: 1,00 x 1,00 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.005	[s.d.]	Estrada do Rio Preto – Panelinha – Santa Fé, Marabá. Rio Tocantins – Rio Parauapebas. (01 mapa. Dimensões: 1,00 x 1,00 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.006	[s.d.]	Rodovia PA 150, Rodovia PA 275, Eldorado dos Carajás – Curionópolis – Pará. Rio Vermelho. (01 mapa. Dimensões: 1,00 x 1,00 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.007	[s.d.]	Estrada de Ferro CEDERFEI – I e II. Parauapebas – Pará. (01 mapa. Dimensões: 1,00 x 1,00 m. Sem escala, Sem produtor).
01.17.008	[s.d.]	Rodovia Transamazônica – Itupiranga. Reserva Indígena Parakanã, Santa Rosa, Vicinal 14, Sítio Novo, Boa Esperança, Jovem Crelândia, Brotão do Ricardo, Mangueira, Palmeira, São João Batista, Limeira, Fazenda Hidro-Service, Cajazeiras. (01 mapa. Dimensões: 1,00 x 0,95 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.009	[s.d.]	Marabá - Delegacias Sindicais. Lago de Tucuruí, Rondon do Pará Xinguara, Goiás e Maranhão. (02 mapas. Dimensões: 0,68 x 0,68 e 0,70 x 0,50 m. Escalas 1:1000.000/1:14000.000. Produtor CAT/INCRA).
01.17.010	[s.d.]	Rondon do Pará – Nova Ipixuna, PA-150, área do Ministério da Aeronáutica. Limites entre Rondon do Pará, São João do Araguaia, Mojú e Jacundá. Ocupação agropecuária. (01 mapa. Dimensões: 0,48 x 0,75 m. Escala numérica 1:250.000. Produtor GETAT).
01.17.011	[s.d.]	Marabá - área de floresta - loteamento de números 84 – 258 identificados por cores. Localidades de Cajuzinho, Fortaleza, Virtude, Igarapé Cametaú, Pau Seco, Geladinho. (01 mapa. Dimensões: 0,77 x 0,72 m. Escala numérica 0-5,0/1-1,5 km. Sem produtor).
01.17.012	[s.d.]	Lotes agrícolas - área do Igarapé Cametaú, margem esquerda - Pará. Lotes 085 – 251. (01 mapa. Dimensões: 0,41 x 0,30 m. Escala 1:200.000. Sem produtor).
01.17.013	[s.d.]	Área de abrangência do programa CAT. Delegacias Sindicais dos municípios de Jacundá, Itupiranga, reserva indígena Parakanã e Bororo. (01 mapa. Dimensões: 0,93 x 0,55 m. Escala numérica 1:1000.000. Produtor CAT. Desenho - Nilson Lameira).
01.17.014	[s.d.]	Jacundá - Rodovia PA 150, Delegacias Sindicais, Rod. PA 70. Reserva Mãe Maria, Ipixuna, Cajazeiras Rodovia Transamazônica. (01 mapa. Dimensões: 1,20 x 1,20 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.015	[s.d.]	Marabá – Área de ocupação e conflito. Sul de Marabá, Maranhão e Goiás, Delegacias Sindicais. (01 mapa. Dimensão: 0,70 x 0,70 m. Sem escala. Sem produtor).
01.17.016	[s.d.]	Região de Marabá, ocupação agropecuária. Rodovia PA 150, Curionópolis, Velha Marabá, Rodovia Transamazônica, Itupiranga, Serra Pelada. (01 mapa. Dimensões: 1,18 x 0,48 m. Escala numérica 1:250.000. Produtor CAT, NAEA - UFPA).
01.17.017	[s.d.]	Região de Marabá – área de ocupação agropecuária. Supostos lotes entre Rodovia Transamazônica e a FUNAI. (01 mapa. Dimensão: 0,48 x 0,72 m. Escala numérica 1:250.000. Produtor NAEA).

01.17.018	[s.d.]	Marabá – ocupação agropecuária: Nova Ipixuna, Rodovia PA 150, Rondon do Pará, São João do Araguaia, Itupiranga e reserva indígena Mãe Maria. (01 mapa. Dimensão: 0,46 x 0,93 m. Escala numérica 1:250.000. Produtor CAT, NAEA – UFPA. 03 cópias).
01.17.019	[s.d.]	Maranhão – Leste do Pará, parte do Piauí. São utilizadas cores para demarcar varias regiões, a cor vermelha equivale ao sul e a cor lilás o centro. (01 mapa. Dimensão: 0,45 x 0,75 c. Sem escala numérica. Sem Produtor.)
01.17.020	[s.d.]	Marabá – Loteamentos numerados de 1 a 9: 1 – Baião; 2 – Moju; 3 – São Domingos do Capim; 4 – Paragominas; 5 – Tucuruí; 6 – Jacundá; 7 – Itupiranga; 8 – Marabá; 9 – São João do Araguaia. (01 mapa. Dimensão: 0,34 x 0,70 m. Escala numérica: 1:200.000/1:1.000.000 Sem Produtor).
01.17.021	[s.d.]	Marabá – Área de abrangência do programa CAT. Delegacias sindicais Lago da Hidrelétrica de Tucuruí, Área indígena, Parakanã. (01 mapa. Dimensão: 0,30 x 0,48 m. Sem Escala Numérica, Produtor CAT, Desenho: Nilson Lameira).
01.17.022	[s.d.]	Marabá – Polígono dos Castanhais. São João do Araguaia e Xinguara. (01 mapa. Dimensões 0,87 x 1,04 m. Escala Numérica 1:200.000/1:250.000. Produtor Ministério da Agricultura Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).
01.17.023	[s.d.]	Jacundá – Localização das Delegacias Sindicais. Rodovia PA 150 e Pitinga (01 mapa original e 02 cópias. Dimensão: 21,5 x 28,5 cm. Escala Numérica 1:500.000. Produtor CAT)
01.17.024	[s.d.]	Jacundá – Loteamento Santa Rosa, Gleba do meio e Gleba Moju. (08 mapas. Dimensões 0,87 x 0,65 m. Escala Numérica 1:100.000. Produtor GETAT).
01.17.025	[s.d.]	Jacundá – Lotes agrícola da comunidade Céu Azul. Lote delimitado por cores: verde, amarelo, vermelho, marrom, lilás e laranjado. (01 mapa. Dimensão: 0,22 x 0,22 m. Escala Numérica 1:20.000. Sem Produtor).
01.17.026	[s.d.]	Marabá – Lotes com numeração entre 04 e 286 (01 mapa. Dimensão: 1,50 x 1,50 m. Escala Numérica 1:1.000.000. Sem Produtor)
01.17.027	[s.d.]	Cuxiú – Mapa de localização de Cuxiú (01 mapa. Dimensão: 21,5 x 33 cm. Escala Numérica 1:250.000. Desenho: Denise Matni. Sem Produtor)
01.17.028	[s.d.]	Belém – Benguí parte de Ananindeua (cidade nova), Médiçis, Sacramenta e Nova Marambaia (01 mapa. Dimensão: 0,50 x 0,45 m. Sem Escala Numérica. Sem Produtor. 01 cópia).
01.17.029	[s.d.]	Belém – Distrito de Icoaraci. (01 mapa. Dimensões: 0,38 x 0,50 m. Sem Escala Numérica. Sem Produtor. 01 cópia).
01.17.030	[s.d.]	Marabá – Micro região de Marabá, lago da usina de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, São João do Araguaia, divisa com Goiás, Rondon do Pará e Tucuruí. (01 mapa. Dimensão: 0,90 x 1,50 m. Sem Escala Numérica. Sem Produtor. 01 cópia).
01.17.031	[s.d.]	Pará – Mapa político e rodoviário. (01 mapa. Dimensão: 1,26 x 0,92 m. Escala Numérica: 1:1.7000.000 Produtor Geomapas Produções cartográficas LTDA)
01.17.032	[s.d.]	Jacundá – Lago da usina hidrelétrica, área indígena Parakanã. (01 mapa. Dimensão: 0,45 x 0,65 m. Escala Numérica 1: 500.000 Sem Produtor)
01.17.033	[s.d.]	Pará – São Geraldo do Araguaia, reserva indígena Sororó, Xambioá e Santa Isabel. (01 mapa. Dimensão: 1,07 x 1,07 m. Sem Escala Numérica. Sem Produtor).
01.17.034	[s.d.]	Belém – Delimitação de território de alguns bairros de Belém. (01 mapa. Dimensão: 0,35 x 0,50 m Sem Escala Numérica. Sem Produtor).
01.17.035	[s.d.]	Icoaraci – Área Metropolitana de Belém. (01 mapa. Dimensão: 0,83 x 0,73 m Sem Escala. Sem Produtor).
01.17.036	[s.d.]	Marabá – Parauapebas – Xinguara – São João do Araguaia e parte da rodovia PA 150 e PA 275. Mapa para fins estatísticos de habitantes (01 mapa. Dimensão: 1,50 x 0,93 m Sem Escala Numérica. Produtor: instituto de desenvolvimento econômico e social).
01.17.037	[s.d.]	Marabá – micro região de Marabá Ocupação Agropecuária. Rio Tocantins, Área do ministério da aeronáutica e rodovia PA 263 (01 mapa. Dimensão: 0,21 x 0,30 m. Escala Numérica: 1:250.000. Produtor: NAEA UFPA).
01.17.038	[s.d.]	Belém – Bairros: Val-de-Cans, Benguí, Pratinha, Mangueirão, Parque Verde, Coqueiro, Cabanagem, Conjunto Residencial Cidade Nova. (01 mapa. Dimensão: 0,60 x 0,45 m Sem Escala Numérica. Sem Produtor)
01.17.039	[s.d.]	Belém - Bairros: Telegrafo Pedreira, Marco, Umarizal, Matinha, Reduto, Comercio, Nazaré, São Braz, Canudos, Terra Firme, Guamá, Cremação, Batista Campos, Cidade Velha, Jurunas, Condor. (01 mapa. Dimensão: 0,50 x 0,35 m Sem Escala Numérica. Sem Produtor).
01.17.040	[s.d.]	Belém- ruas. (01 mapa. Dimensão: 0,57 x 0,46 m Sem Escala Numérica. Sem Produtor. 01 cópia)
01.17.041	[s.d.]	Goiás – Áreas demarcadas por lotes que variam entre os números de 01 a 198, que abrangem as áreas: Helena Chuquia, Castanhal Ubá, Gameleira, Fortaleza, Almir Queiroz. Essas áreas estão no entorno do Rio Araguaia. (01 mapa. Dimensão: 1,10 x 1,40 m. Sem Escala Numérica. Sem Produtor)
01.17.042	[s.d.]	Pará – Mapa Municipal para Fins Estatísticos. Contem os Municípios de: Marabá, Jacundá, Bom Jesus do Tocantins Rondon do Pará, Itupiranga e Portel. (01 mapa. Dimensão: 1,00 x 1,85 m. Escala: 1:100.000. Produtor: IBGE).
01.17.043	[1970]	Mapa Mundial – localização geográfica dos países (mapa não atualizado), o mapa não é atual, pois em sua formação há países que não existem mais ou que foram remodelados, tais como: União Soviética, Tchecoslováquia, Sudão, entre outros. (01 mapa. Dimensão: 0,76 x 1,12 m. Sem Escala Numérica. Sem Produtor).
01.17.044	1972	Marabá – Projeto RADAM. Rodovia Transamazônica, São João do Araguaia, Rodovia PA – 70, Araguatins. (01 mapa. Dimensão: 0,60 x 0,75 m. Escala Numérica: 1:250.000. Produtor: Ministério de Minas e Energia).
01.17.045	1973	Marabá – Projeto RADAM: Carta Planimétrica realizada pelo DNPM para o programa de integração nacional e a Superintendência do desenvolvimento do Nordeste. A carta foi elaborada com base em interpretação de um mosaico de imagem de radar. (01 mapa. Dimensão: 0,67 x 0,44 m. Escala

		Numérica:1:250.000. Produtor: Ministério de Minas e Energia – Departamento Nacional de Produção Mineral.
01.17.046	1973	Belém – Levantamento Aerofotogramétrico. Produzido durante o mandato do Prefeito Engenheiro Nélio Dacier Lobato. Mapa com imagem aerofotogramétrica das ruas do entorno do bosque Rodrigues Alves. Aeroclube. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.047	1973	Ananindeua - Levantamento Aerofotogramétrico. Rodovia dos 40 horas, Estrada Granja do Icuí Guajará, Rodovia do Outeiro, Rodovia Alacid Nunes. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM. 02 cópias).
01.17.048	1973	Ilha do Mosqueiro/Ilha de São Pedro - Levantamento Aerofotogramétrico. As ilhas estão entre o Furo da Marinha e a Ilha São Pedro, entorno do Furo Rondon e São Pedro. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 cm. Escala Numérica:1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM. 02 cópias).
01.17.049	1973	Ilha do Outeiro – Levantamento Aerofotogramétrico. Praia do Outeiro e Baía do Guajará. (01 mapa. Dimensão: 1,85 x 0,60 m. Escala Numérica:1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM. 02 cópias).
01.17.050	1973	Ilha de Outeiro – Planta do Município de Belém. Estrada do Outeiro, Estrada Maracacuera. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica:1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM. 02 cópias).
01.17.051	1973	Belém - Levantamento Aerofotogramétrico. Imagem Aerofotogramétrica dos bairros e ruas de Belém. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.052	1973	Belém - Levantamento Aerofotogramétrico. Estádio do Mangueirão. Rodovia Augusto Montenegro. Rodovia do Coqueiro. Estrada do Maguari. BR – 316. Rodovia dos 40 horas. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.053	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada de Mosqueiro. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.054	1973	Ananindeua - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada do Aurá. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.055	1973	Belém – Levantamento Aerofotogramétrico. Rio Aura. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.056	1973	Belém - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada Maracacuera, Rodovia Augusto Montenegro, Rodovia Artur Bernardes. Baía do Guajará, Empresa Petrobras. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.057	1973	Ilha do Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. A ilha é constituída pela Baía de Santo Antônio, Rio Mari Mari, Igarapé Aracairu, Igarapé Castanhal, Igarapé Mari Mari-Açu e furo Muruira. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.058	1973	Belém - Levantamento Aerofotogramétrico. Avenida Pedro Álvares Cabral. Avenida Almirante Barroso. Rodovia Augusto Montenegro. Avenida 1º de Dezembro. Rodovia BR 316. Rodovia BR 010 e lago do Utinga. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.059	1973	Pará - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada do Maguari. Estrada do Aurá. Estrada do Guajará. Rodovia BR 010. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.060	1973	Belém - Levantamento Aerofotogramétrico. Importantes rodovias: Montenegro, Artur Bernardes, Tapanã e Aeroporto de Val-de-Cans. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.061	1973	Ilha de Mosqueiro – Ilha de Outeiro. Levantamento Aerofotogramétrico. Ilhas banhadas pela Baía de Santo Antônio e baía do Guajará. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.062	1973	Ananindeua - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada do Curuçambá. Estrada do Guajará. Estrada Quinta Carmita. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.063	1973	Belém - Levantamento Aerofotogramétrico. Avenida Perimetral. Igarapé Tucunduba. Rio Guamã. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.064	1973	Ilha do Outeiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada do Outeiro. Rodovia Augusto Montenegro. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.065	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Entorno da praia de Mosqueiro à estrada Caruará. . (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.066	1973	Ilha de Mosqueiro/ Ilha Cunuari - Levantamento Aerofotogramétrico. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores:

		Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.067	1973	Ilha do Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada da Baía do Sol. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.068	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada Nova. Estrada Beira Mar. Estrada Mosqueiro-Belém. Estrada Baía do Sol. Estrada Caruará. Ruas: Santa Rita, São Jorge, Santo Antônio, Nossa Senhora da Conceição e Estrada Vila Nova. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.069	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada Mosqueiro-Belém e Estrada Vila Nova. Rio Pratiçara, Rio Mari Mari, Igarapé Tucumandeu, Igarapé Caruaru (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.070	[1970]	Cuiabá – Área de abrangência da estação de recepção de Cuiabá- Mato Grosso. Imagem de satélite da América do Sul preparado pelo serviço de mapeamento do Exército Americano na escala de 1:500.000 (01 mapa. Dimensão: 0,92 x 0,78 m Escala Numérica: 1:10.000 Desenho: Drawn and Printed By. Colaboradores: Sistema LANDSAT de referencia universal (WRS) Produtor: INPE)
01.17.071	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada Mosqueiro-Belém. Estrada Caruará. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.072	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Parte da Ilha do Mosqueiro no entorno do furo do Rio Mosqueiro. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.073	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Parte da Ilha de Mosqueiro. Rio Murubira. Estrada Beira Mar. Estrada do Diamante. Ruas: Quebec, Ten. Cel. José, Francisco Cardoso, T. Pena, de Cabral, Avenida Getúlio Vargas, Travessa: Siqueira Mendes. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.074	1973	Ilha de Mosqueiro - Levantamento Aerofotogramétrico. Estrada Mosqueiro-Belém. Rio Mari Mari. Parte do furo das Barreiras. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.075	1973	Ilha de Mosqueiro – Levantamento Aerofotogramétrico. Baía Santo Antônio. Rios: Patiguara e Murumbira ruas: Tocantins Pena, Veiga Cabral, Francisco Cardoso e Pe. Raiol. (01 mapa. Dimensão: 0,85 x 0,60 m. Escala Numérica: 1:10.000. Colaboradores: Serviços Aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul S.A. Produtor: CODEM).
01.17.076	1973	Pará – Mapa Rodoviário do Pará. Mapa mostrando as estradas do estado e também principais ruas da capital. (01 mapa. Dimensão: 0,75 x 0,80 m. Sem Escala Numérica. Produtor: Departamento de Estradas de Rodagem do Pará)
01.17.077	1974	Sem local – Carte Del monde: conforme ala surfasse reelle – Projection Peters Mundi, Mapa Mundial colorido em língua francesa. (01 mapa. Dimensão: 0,87 x 1,30 m. Escala Numérica: 1:635.500.000 Produtor: CCFD – Association Reconnue D'utilite Publique).
01.17.078	[1970]	São Domingos do Araguaia – Esboço base em imagem de satélite Cuxiú- São Domingos do Araguaia ( 01 mapa vegetal. Dimensão 0,87 x 0,85 m Sem Escala Numérica. Sem Produtor)
01.17.079	1977	Altamira – Planta Global dos loteamentos coloniais e projetos agropecuários. Loteamentos coloniais nos municípios de Piranha, Serra do Urubuquara, Serra Grande das Araras, Senador, Portel, etc... (01 mapa. Dimensão 1,00 x 2,32 m Escala Numérica: 1:250.000 Desenho: Gilberto S. Patrício e Valdemar M. Pereira Colaboradores: Coordenadoria Regional do Norte CR – 01 Produtor: INCRA)
01.17.080	1981	Ji-Paraná – Projeto Colonização Rondônia. O mapa mostra áreas fundiárias delimitadas por cores, nos municípios: Cacoal, Guajará Mirim e Ariquemes. (01 mapa. Dimensão: 0,27 x 0,29 m. Escala Numérica: 1:1.000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA. 05 cópias)
01.17.081	1981	Vilhena/Rondônia – Projeto Colonização Rondônia. Divisa do Mato Grosso e Bolívia, as áreas são delimitadas por cores, município Guajará Mirim e município Pimenta Bueno. (01 mapa vegetal. Dimensão: 0,33 x 0,36 m. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA. 06 cópias).
01.17.082	1981	Cacoal/Rondônia – Projeto Colonização Rondônia. Mapas iguais, mostrando atividades diferentes, nas áreas fundiárias nos municípios: Guajará Mirim, Ji-Paraná e Pimenta Bueno. (01 mapa vegetal. Dimensão: 0,18 x 0,26 m. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA. 03 cópias).
01.17.083	1981	Porto Velho/ Rondônia - Projeto Colonização Rondônia. Áreas identificadas por cores: azul (áreas de concorrência publica), amarelo (áreas eleitas pra regularização fundiária), verde (áreas transcritas em nome da união), rosa (áreas indígenas), bege (área de reserva pra Eletronorte), vermelho (núcleos urbanos), laranja (área de domínio particular), transparente (áreas em estudo e regularização fundiária). Essas áreas estão entre os municípios de Guajará-mirim e Ariquemes. (01 mapa em vegetal. Dimensão: 0,33 x 0,56 m. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA. 06 cópias.)
01.17.084	1981	Pimenta Bueno/Rondônia – Projeto Colonização Rondônia. Contém legendas nas cores: azul (áreas colonização oficial), bege (áreas de concorrência), amarelo (áreas eleitas pra regularização fundiária), transparente (áreas em estudo e regularização fundiária), vermelho (núcleos urbanos), rosa (áreas indígenas). A área engloba as regiões de gleba, Corumbiaria, setor Abaitará, setor Tatu, Espiga do Oeste, Roosevelt, município Cacoal. (01 mapa vegetal.

		Dimensão: 0,33 x 0,24 m. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA. 07 cópias).
01.17.085	1981	Guajará-Mirim/Rondônia - Projeto Colonização Rondônia. Áreas demarcadas: azul (colonização oficial), amarelo (área eleita para regularização fundiária abrangendo o setor Bom Sossego, Palheta, Guajará-Mirim, Columbiaria). Abrange também a reserva biológica do Guaporé identificada em cor roxa. Área transcrita em nome da união em estudo para destinação no setor Samauma e Conceição em legenda verde. (01 mapa em vegetal. Dimensão: 0,48 x 0,36 m. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA. 07 cópias).
01.17.086	1982	Rondônia - Projeto Colonização Rondônia. Geologia e Fisiografia unidade solo áreas demarcadas com cores. Legendas: Período Quaternário (planície aluvial + hidrográfico), Terciário (relevo de tabuleiro (Jamari), Pré-Cambriano e Rochas ígneas (relevo plano Amari, relevo suave, ondulado Xibiu, relevo forte ondulado, rochas ácidas cipó, associação Xibiu e Ouro Preto). (01 mapa. Dimensão: 0,33 x 0,21 m. Colaborador: CEPLAC. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA).
01.17.087	1982	Ariquemes /Rondônia - Projeto Colonização Rondônia. Distrito Vila Velha, Jurú, Vale do Rio Anari, Tabajara, Burareiro, Marechal Dutra, BR 421, BR 364, Município de Porto Velho, Divisas com Estado do Amazonas, Mato Grosso. (01 mapa. Dimensão: 0,35 x 0,49 m. Colaborador: INCRA. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmélia Góes. Produtor: NAEA/UFPA. 05 cópias).
01.17.088	1982	Marabá - Divisa do Rio Tocantins, via de circulação, estradas de rodagem (autoestradas, estradas pavimentadas e sem pavimentação), regiões de Marabá, Vila Militar, lote Laranjeira, estrada de ferro, reserva Mãe Maria, Ilha de São João Vaz. (01 mapa. Dimensão: 0,75 x 0,62 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: Ministério do Exército, Departamento de Engenharia e Comunicação/Diretoria de Serviços).
01.17.089	1983	Marabá - Área de Atuação do GETAT. Sede de unidade: São Geraldo, Marabá, Araguaiana, Açailândia, Tucuruí, Conceição do Araguaia, Imperatriz. Sede de Subunidade: Cedere, Rondon do Pará, Jacundá, Guaraí, Augustinópolis, Xinguara. Distrito de terras: SPA Branco, Ourilândia, Campo Alegre. (01 mapa. Dimensão: 0,60 x 0,42 m. Desenho: Vitoria R. Escala Numérica: 1:1000.000. Produtor: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional).
01.17.090	1983	Marabá - Itupiranga - Jacundá - Tucuruí - Rondon do Pará - Portol - Mapa da área de Jurisdição da Unidade Executiva de Tucuruí e suas Subunidades. Legendas: Rod. PA 150, Área Indígena, Aldeias, Vilas e Povoados (extensão granito e areia), Área alagada (conjunto Serra Sul, Decreto nº 74.508, Conjunto Serra Norte, Decreto nº 74.507). (01 mapa. Dimensão: 0,95 x 1,30 m. Escala Numérica: 1:250.000. Desenho: Jose S. Dias da Silva. Produtor: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. 05 cópias).
01.17.091	1983	Pará - Projeto Vale do Tocantins. Legenda - Cidades: Itaguatins, Araguatins, São João do Araguaia, Jacundá, Tucuri. Vilas: Morada Nova, Vila Abel Figueiredo, Rondon, Zero, Vila Repartimento, Arraia. Rodovia Estadual e Federal. (02 mapas em vegetal. Dimensão: 0,46 x 0,32 m. Sem Escala Numérica. Produtor: UFPA/NAEA).
01.17.092	1983	Goiás - Maranhão - Área de Atuação do GETAT. Mapa de parte do estado do Pará, Tocantins e Maranhão. Área de jurisdição do GETAT: Conceição do Araguaia, Redenção, Carajás, Rondon do Pará, Arapoema, Tocantinópolis, Amarante do Mar - Maranhão, Pedro Afonso - Tocantins. (01 mapa. Dimensão: 0,74 x 1,20 m. Escala Numérica: 1:1000.000. Produtor: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional).
01.17.093	1984	Tucuruí - Carta Jacundá. Glebas: Mojú, Ararandeuá, Meio. Lotes: Cajueiro, Tajaqui, Dourado, Picadão, Mojuzinho e individuais. (01 mapa. Dimensão: 0,62 x 0,79 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional).
01.17.094	1984	Altamira - Portel - Santarém - Prainha. Área de jurisdição Projeto Fundiário Altamira. Áreas: Caximbó e Santarém. Mapa de cartas planimétricas, contendo reservas indígenas: Karahó, Bacajá, Koatinemo, Grupo Arara Sul. Glebas: Lontra, São José, Tuere, Pracupi, Ouro Branco e Reserva Florestal Caxiuana. (01 mapa. Dimensão: 1,64 x 1,07 m. Escala Numérica: 1:250.000. Desenho: Barros e Costa. Produtor: Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD).
01.17.095	1985	Itupiranga/Marabá - Gleba Café Marabá. Lotes denominados aforamentos: S. João Antonio de Paula, Castanhal Burgo, Agrovila Castelo Branco, Itupiranga, Loteamento Quindangues, Nova Marabá. (01 mapa. Dimensão: 0,65 x 1,3 m. Escala Numérica: 1:100.000. Desenho: NUCAD. Produtor: Ministério da Reforma e Desenvolvimento).
01.17.096	1985	Pará - Situação Fundiária Pará. INCRA, Terras Públicas Estaduais, ITERPA, Titulares pelo GETAT, Jacundá, Marabá, Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Assentamento Carajás II E III, Área Indígena Maracanã, Região dos Castanhais, Área indígena Cateté. (01 mapa. Dimensão: 1,16 x 1,6 m. Escala Numérica: 1:500.000. Produtor: MIRAD).
01.17.097.	1986	Prainha/Altamira - Gleba: Novo Horizonte (demarcação 01 a 114), entre área de Cotrijui do Projeto Rio Xingu, Colonização Pic - Altamira. (01 mapa. Dimensão: 0,75 x 1,00 m. Escala Numérica: 1:20.000. Produtor: Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e INCRA).
01.17.098	1987	Itupiranga - Ante Projeto Loteamento Grotão do Ricardo III. Pré-Projeto para demarcação no lote Grotão do Ricardo III, já existindo os lotes do Grotão do Ricardo I e II. (01 mapa. Dimensão: 0,66 x 0,50 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: INCRA).
01.17.099	1987	Marabá - Localização da Área do Polo Industrial de Marabá. Polígono dos Castanhais: Área Industrial de Marabá, Velha Marabá, Nova Marabá, Gleba Sororó, Gleba Patuá. (01 mapa. Dimensão: 0,55 x 0,52 m. Escala Numérica: 1:100.00. Sem Produtor).
01.17.100	1987	Pará - Área de Jurisdição do Projeto Fundiário Marabá: Tucuruí, assentamento de Tucumã, C. do Araguaia, São Geraldo, F.S.F Xingu. Glebas: Carajás e Cajazeiras (Áreas Indígenas demarcada na cor vermelha). (01 mapa. Dimensão: 1,03 x 1,17 m. Escala Numérica: 1:500.000. Desenho: Ghis. Colaborador: Superintendência Estadual do Pará. Produtor: INCRA).

01.17.101	1988	Curionópolis – Projeto Sereno. Áreas demarcadas do município de Marabá e Curionópolis, separadas pelo Rio Sereno. (01 mapa. Dimensão: 0,38 x 0,53 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário).
01.17.102	1988	Marabá – Gleba Carajás parte III. Gleba Itacaiunas parte I e II, Gleba Café parte I e II, Gleba Buritirana, Gleba Carajás parte II. (01 mapa. Dimensão: 0,65 x 1,03 m. Escala Numérica: 1:100.000. Desenho: Ghis. Produtor: Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário).
01.17.103	1988	Marabá – Projeto Cinzeiro: Brejo do Meio e Vila Deus Quer (áreas demarcadas). (01 mapa. Dimensão: 0,45 x 0,65 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário).
01.17.104	1988	São João do Araguaia – Projeto de Assentamento (lotes de 01 a 105, com relação nominal de ocupantes, entre Castanhal Veneza, Castanhal Santo Antonio I e II, Castanhal Ubá, Castanhal Onofre e Castanhal Cuxiú, ao longo da Rod.Transamazonica). (02 mapas. Dimensão: 0,63 x 0,54 m. Escala Numérica: 1:50.000. Desenho: J. Dias. Produtor: MIRAD).
01.17.105	1989	Itupiranga – Gleba Cajazeiras 1ª parte (Povoado de Jovem Crelandia). Legendas: Lotes individuais, Loteamento Cajazeiras, Loteamento administrado pela Eletronorte. (01 mapa. Dimensão: 0,63 x 0,73 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: INCRA).
01.17.106	1989	Altamira – Gleba 17,19 e 21 – Loteamento Novo Horizonte (lotes 05 a 147, entre as terras do INCRA e Reserva Indígena Arara Sul). (01 mapa. Dimensão: 0,83 x 0,61 m. Escala Numérica: 1:50.000. Desenho: Salmon. Produtor: MIRAD).
01.17.107	1989	Marabá – Gleba Sororó partes I e II. Áreas loteadas nas Glebas Sororó e Pataua. (01 mapa. Dimensão: 0,65 x 0,45 m. Escala Numérica: 1:100.000. Desenho: J. Dias. Produtor: INCRA. 01 cópia).
01.17.108	1989	Altamira – Gleba 17, 19 e 21 – Loteamento Novo (lotes 11 a 188, entre o Rio Xingú e terras do INCRA) – Lotes Vicinais 17 e 19 – Outros lotes 125 a 130 próximos a Reserva Indígena Arara Sul e Rio Iriri. (01 mapa. Dimensão: 0,88 x 0,61 m. Escala Numérica: 1:50.000. Desenho: Braz. Produtor: MIRAD).
01.17.109	1989	Itupiranga – Glebas: Carajás 2ª parte, Buritiana 2ª parte, Carajás 3ª parte, Cajazeiras, Valentim – Reserva Indígena Parakanã. (01 mapa. Dimensão: 0,98 x 0,87 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).
01.17.110	1989	Marabá – Glebas: Café 1ª parte, Carajás 3ª parte, Itacaiunas, Geladinho, Praia alta 2ª parte. (01 mapa. Dimensão: 0,90 x 0,63 m. Escala Numérica: 1:100.000. Desenho: Ghis. Produtor: INCRA).
01.17.111	1989	Itupiranga – Gleba Café 2ª parte – Loteamentos nas áreas das glebas: Cajazeiras, Café 1ª parte, Carajás 2ª parte. (01 mapa. Dimensão: 0,63 x 0,80 m. Escala Numérica: 1:100.000. Desenho: Ghis. Produtor: INCRA).
01.17.112	1990	Pará – Perfil da Ocupação do Solo e Subsolo Paraense: áreas reservadas ou pretendidas da União e dos Estados – Área demarcada da Reserva Florestal: Gorotire, Mundurucônio, Tapajós, Caxiuanã, Tumucumagu – Campo de prova das forças armadas e áreas de uso especial do exército. (01 mapa. Dimensão: 1,05 x 0,85 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: IDESP. 01 cópia).
01.17.113	1990	Pará – Perfil da Ocupação do Solo e Subsolo Paraense: Grandes projetos e empreendimentos relevantes – Projeto: Companhia Agroindústria Monte Alegre, Mineração Rio do Norte S.A, CURD - Trombetas, Albrás/Alunorte, Porto de Vila do Conde, Ferro/Carajás. (01 mapa. Dimensão: 0,82 x 1,06 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: IDESP).
01.17.114	1990	Pará – Perfil da Ocupação do Solo e Subsolo Paraense: Conflitos Agrários acumulados e registrados entre os 1964 e 1988 – Legendas de classes de ocorrências e conflitos registrados por municípios: Cameté, Redenção, São Felix do Xingu, Itaituba, Santarém, Portel, Paragominas, Acará. (01 mapa. Produtor: IDESP. 01 cópia).
01.17.115	1990	Boa Esperança-PA – Polígono dos Castanhais. Mapa contendo três anexos: um original, com legenda em verde (floresta) e laranja (desmatamento), um anexo com escala 1:250.000. (01 mapa. Dimensão: 0,33 x 0,22 m. Escala Numérica: 1:100.000. Sem Produtor).
01.17.116	1990	Caxiú – cobertura vegetal. Legendas: florestas e desmatamento com vicinale de 42 a 46. (02 mapas. Dimensão: 0,34 x 0,40 m. Escala Numérica: 1:50.000. Desenho: Denize Matni. Sem Produtor).
01.17.117	1990	Pará – Perfil da Ocupação do Subsolo Paraense: Mineração e Garimpo – Áreas: propício a garimpagem, garimpo horrífero, Serra Pelada, Cumarú, Tapajós, Altamira. (01 mapa. Dimensão: 0,83 x 1,06 m. Escala Numérica: 1:200.000. Produtor: IDESP. 01 cópia).
01.17.118	1990	Pará – Perfil da Ocupação do Subsolo Paraense: Terras Indígenas – Demarcações: Tucumaque, Cuminapanema, Urucuriana, Nhamunda-Mapueira, Andira-Marau, Arara, Mundurucu, Kayabi, Bau-Nenkragnoti, Curuá, Kayapó, Catetê, Kararão, Bacajá, Parakanã, Amanayes. (01 mapa. Dimensão: 0,82 x 1,06 m. Escala Numérica: 1:200.000. Produtor: IDESP. 01 cópia).
01.17.119	1990	Pará – Perfil da Ocupação do Subsolo Paraense: Colonização – Abrangência: Altamira, Itaituba, Monte Alegre, Marabá – Assentamentos Carajás II e III – Núcleo colonial: Tucumã, Campo Alegre, Daini, Cotrijui. (01 mapa. Dimensão: 0,83 x 1,06 m. Escala Numérica: 1:200.000. Produtor: IDESP. 01 cópia).
01.17.120	1991	Brasil – Mapa Político da Republica Federativa do Brasil. Sinopse das diversas Divisões Territoriais do Brasil desde 1940 a 1991, e Divisões Regionais. (01 mapa. Dimensão: 1,09 x 0,97 m. Escala Numérica: 1:500.000. Sem Escala Numérica. Produtor: IBGE).
01.17.121	1991	Itupiranga/São João do Araguaia/Marabá – Levantamento Fitoecológico e Pedológico: Projeto Integração Desenvolvimento baseado no uso sustentável da Amazônia Ocidental (Pau Seco) – Legenda: floresta densa, áreas tropicais, latosolo vermelho-amarelo I e II. (01 mapa vegetal. Dimensão: 0,90 x 0,96 m. Escala Numérica: 1:20.000. Desenho: Denize. Colaborador: Base cartográfica- carta polimétrica da diretoria de serviço geográfico do exercito).

		Sem Produtor).
01.17.122	1991	Itupiranga - Levantamento Fitoecológico e Pedológico: Projeto Integração Desenvolvimento baseado no uso sustentável da Amazônia Ocidental (Vicinal 14) – Legenda: floresta densa, áreas antropicas, podizotico vermelho-amarelo, áreas antropicas, podizolico vermelho-amarelo plíntico. (01 mapa vegetal. Dimensão: 0,93 x 1,03 m. Escala Numérica: 1:20.000. Desenho: Denize. Colaborador: Base cartográfica- carta polimétrica da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército. Sem Produtor).
01.17.123	1991	São João do Araguaia – Levantamento Fitoecológico e Pedológico: Projeto Integração Desenvolvimento baseado no uso sustentável da Amazônia Ocidental (Castanhal) – Legenda: floresta densa, áreas antrópicas, podizólico vermelho-amarelo. (01 mapa. Dimensão: 1,15 x 1,12 m. Escala Numérica: 1:10.000. Desenho: Denize. Colaborador: Base cartográfica- carta polimétrica da diretoria de serviço geográfico do exercito. Sem Produtor).
01.17.124	1992	Ariquemes – Setor de pesquisa/Projeto Colonização Rondônia. Mapa de 1981 – Legenda: colonização oficial, áreas de concorrência pública, áreas transcritas em nome da união, reservas florestais, núcleos urbanos, domínio particular, área em estudo e regularização (reserva biológica do Jurú - Porto Velho). Mapa de 1992 - Extensão do mapa de 1981, área Marechal Dutra e Gleba Burareiro. (02 mapas. Dimensão: 0,46 x 0,28 m. Escala Numérica: 1:1000.000. Desenho: Carmelia Góes. Colaborador: INCRA. Produtor: NAEA).
01.17.125	1992	Cuxiú – Transamazônica e Vila. (01 mapa. Dimensão: 0,55 x 1,11 m. Escala Numérica: 1:100.000 Colaborador: GETAT. Produtor: NAEA).
01.17.126	1992	Marabá – Microrregião de Marabá. Lago de Tucuruí e reservas indígenas Mãe Maria. (01 mapa. Dimensão: 16,5 x 45,5 cm. Escala Numérica: 1:500.000. Colaborador: INCRA-SUDAM-SUCAM. Produtor: SGI).
01.17.127	1992	Marabá – Locais: Itupiranga, brejo do Meio, são Felix, Pau Seco, Km 25 e Km 9. Mapas de tamanhos e escalas diferentes. (02 mapas. Dimensões: 0,52 x 0,55 m e 0,22 x 0,21 m. Escalas Numéricas; 1: 100.000 e 1:250.000. Produtor: SGI-SUDAM).
01.17.128	1992	Pará – Área de abrangência do Programa CAT. Área indígena Parakanã – Legenda: delegacias sindicais, rios, igarapés e córregos, estradas, ferrovia, vilas e povoados, cidades, áreas de reserva. (01 mapa. Dimensão: 0,66 x 0,95 m. Escala Numérica: 1:500.00. Produtor: CAT).
01.17.129	1992	Marabá – Municípios identificados: Marabá, São Felix do Xingú, Pacajás, Itupiranga, Serra dos Carajás, Parauapébas, Curionópolis. (01 mapa. Dimensão: 0,73 x 1,69 m. Sem Escala Numérica. Produtor: Coordenadoria Regional do Pará).
01.17.130	1992	Marabá – Estrutura Fundiária Jacundá (entre o lago de Tucuruí e PA 150). Área indígena Mãe Maria. Glebas: Mãe Maria, Caititu, Jacundá, Geladinho, Praia Alta. (01 mapa. Dimensão: 0,99 x 0,82 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: CAT. 01 cópia).
01.17.131	1993	Cuxiú – Pesquisa Socioeconômica realizada em Julho. (02 mapas. Dimensão: 0,40 x 0,34 m. Escala Numérica: 1:50.000. Desenho: Denize Matni. Colaborador: INCRA. Produtor: Equipe Socioeconômica).
01.17.132	1993	Marabá – FATA. (03 mapas. Dimensão: 1,10 x 0,87 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: CAT. Desenho: Nilson Lameira).
00.17.133	1994	Pará – Área de atuação da Cooperação Franco- Brasileira na agricultura familiar amazônica- faixa da transamazônica. Municípios e Sedes: Santarém, Rurópolis, Uruará, Medicilândia, Brasil novo, Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga, Marabá, S. Domingos do Araguaia, S. João do Araguaia, Tucuruí, Breu Branco, Trairão, Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo, Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia. (01 mapa. Dimensão: 0,59 x 0,35 m. Escala Numérica: 1:100.000. Desenho: Denize Matni. Colaborador: Mapa Político Rodoviário do Estado do Pará).
00.17.134	1998	Pará – Ocupação do território em 1996 (área de atuação de FATA, COCAT, LASAT). Legendas: agricultura familiar, agricultura não familiar, agricultura familiar e não familiar área indígena, reserva biológica, terra devoluta não ocupada, exército e zona industrial (especificados em cores). (01 mapa. Dimensão: 1,19 x 0,90 m. Escala Numérica: 1:300.000. Produtor: LASAT/CAP- UFPA,ENGREF-UAG).
00.17.135	1998	Pará – Desmatamento 1984 e 1996 (área de atuação de FATA, COCAT, LASAT). Legenda: índice de desmatamento (especificado em cores). (02 mapas. Dimensão: 1,19 x 0,90 m. Escala Numérica: 1:300.000. Produtor: LASAT/CAP- UFPA,ENGREF-UAG).
00.17.136	1998	Pará – Numeração dos blocos fundiários BF (área de atuação de FATA, COCAT, LASAT). Segundo nomenclatura do INCRA. (01 mapa. Dimensão: 1,19 x 0,92 m. Escala Numérica: 1:300.000. Produtor: LASAT/CAP- UFPA,ENGREF-UAG).
00.17.137	1999	Pará – Estado do Pará área de atuação de SR.01/PA. (01 mapa. Dimensão: 0,90 x 1,21 m. Escala Numérica: 1:1.800.000. Produtor: Sessão de Cartografia e Recursos Naturais. Desenho: Julineide Oliveira).
00.17.138	2001	Sul do Pará – Área de atuação da Superintendência Regional do Sul do Pará SR-27, Área demarcada pelos estados (Maranhão, Tocantins, Mato grosso). (01 mapa. Dimensão: 0,89 x 1,19 m. Escala Numérica: 1:100.000. Produtor: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA .Desenho: Carmela Alcântara da Rocha e Chislaine da Penha Rodrigues. Colaboradores: INCRA, DSG, IBGE, GETAT).

**CÓDIGO: BR PAUFPA 01.17.001- 013**

**FUNDO: ACERVO PROFESSOR JEAN HÉBETTE**

**GENERO DOCUMENTAL: Cartográfico – PLANTAS.**

**DATAS-LIMITE: [1990 – 1996]**

### LISTAGEM DESCRITIVA DO ACERVO

NOTAÇÃO	DATAS LIMITE	CONTEÚDO
01.17.001 4A,4B,4C	1990	Arquitetura do Pavilhão Didático. 4A - planta baixa, estudo do telhado, revestimento de piso, revestimento de parede e forro; 4B - Secção AA' e BB' empena D, veneziana em madeira D, painéis em tijolo cerâmico D e D; 4C - Elevações 01,02,03,04 e especificações de acabamento. CAT e NAEA (3 plantas. Dimensões: 1,20 x 0,65 m. Escala numérica: 1:50.000).
01.17.002	1990	Arquitetura do Alojamento para Professores. 5A - planta baixa secção longitudinais AA', CAT e NAEA (1 planta. Dimensões: 1,10 x 0,67 m. Escala numérica: 1:50.000).
01.17.003 A B C	1990	Arquitetura da Administração e Apoio Didático. 3A - planta baixa, secção longitudinal AA', 3B - planta de estrutura do telhado, secções transversais BB', CC', DD', 3C: elevações 01,02,03,04, CAT e NAEA. (3 plantas. Dimensões: 1,33 x 0,73 m. Escala numérica: 1:50.000).
01.17.004	1990	Arquitetura do Alojamento dos Estudantes. 6A - planta baixa, secção longitudinal AA', 6B - planta da estrutura do telhado, secções transversais BB', CC', DD', CAT e NAEA. (2 plantas. Dimensões: 0,69 x 1,02 m. Escala numérica: 1:50.000).
01.17.005	1990	Arquitetura do Alojamento para Colonos. 7A - planta baixa, corte longitudinal AA', 7B - elevações 01,02,03,04. CAT e NAEA. (3 plantas. Dimensões: 0,70 x 1,21 m. Escala numérica: 1:50. 2 cópias).
01.17.006	1990	Arquitetura do Refeitório. 8A - elevações 01,02,03,04, 8B - planta da estrutura do telhado secção BB', secção CC', CAT e NAEA (2 plantas. Dimensões: 0,79 x 1,20 m. Escala numérica: 1:50.000).
01.17.007	1990	Arquitetura da Maloca. 11ª: planta baixa, planta de estrutura do telhado, secção transversal AA', elevações 01,02,03,04. CAT. (1 planta. Dimensões: 60,9 x 99 cm. Escala numérica: 1:50.000).
01.17.008	1992	Planta Topográfica Planimétrica da área de terra, situada à margem esquerda da Rodovia BR. 230, km 09, Itupiranga, Transamazônica. Marabá – Pará – Brasil. CAT. (1 planta. Dimensões: 0,93 x 1,09 m. Escala numérica: 1:250.000).
01.17.009	1992	Vigas Metálicas do Pavimento Térreo. Escritório Acadêmico de Projetos. (1 planta, Dimensões: 0,49 x 1,08 m. Escala numérica: 1:50.000/1:10.000).
01.17.010	1992	Preservação e Restauração do Meio Ambiente em Áreas de Castanhais do Tocantins Paraense. Planta Topográfica Altimétrica da Unidade de Observação de solos. Marabá - Pará – Brasil. CAT e FATA. (1 planta. Dimensões: 0,85 x 1,00 m. Escala numérica: 1:200.000).
01.17.011	1993	Sem título. Prancha planimétrica e situação. Marabá. CAT. (1 planta. Dimensões: 1,08 x 1,08 m. Escala numérica: 1:1.50.000. 1 cópia).
01.17.012	1993	Sem Título. Prancha: Altimétrica e situação. Marabá. CAT. (1 planta. Dimensões: 1,08 x 1,08 m. Escala numérica: 1:1.250).
01.17.013	1996	Fábrica – Marabá – Pará. Marabá. Proprietário COCAT – Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins. AA': fachada lateral, corte AA, cobertura, situação, BB': planta baixa, corte BB, corte CC, fachada principal (2 plantas AA' e BB'. 0,75 x 1,10 m. Escala numérica: 1:50 – 1:75 – 1:100).